



Fórum Inter-religioso do G20 e
Fórum Anual PaRD sobre
Religião e Desenvolvimento Sustentável

Não deixar ninguém para trás: O bem-estar do planeta e de seu povo

Brasília, 19 a 22 de agosto de 2024



Sinopse das Sessões

Fórum Inter-religioso do G20 2024, Brasília

Introdução

Por W. Cole Durham, Jr.
22 de agosto de 2024

O Fórum Inter-religioso do G20 em Brasília não foi meramente um único evento culminante realizado de 19 a 22 de agosto de 2024, mas envolveu um processo muito mais longo, estendendo-se por mais de uma década até Fóruns anteriores e, em particular, ao Fórum Inter-religioso do G20 na Índia, no qual os organizadores brasileiros já estavam envolvidos. O processo remonta a um conjunto de reuniões realizadas no Rio de Janeiro em dezembro de 2023 e a um grupo de reuniões em Genebra em março de 2024. Incluiu uma pré-reunião celebrando a harmonia religiosa na Etiópia em abril; reuniões em Belém e Manaus, Brasil, em junho; uma conferência na Indonésia em julho; uma conferência em agosto na Malásia; e então o Fórum Inter-religioso do G20 culminante realizado em Brasília. O processo, na verdade, ainda não está completo, porque a Associação do Fórum Inter-religioso do G20 (IF20) está organizando uma série de webinars de acompanhamento sobre os principais temas do IF20 em setembro e outubro. (Veja Eventos Recentes e Próximos na página inicial do site do IF20 (www.g20interfaith.org) para mais informações e links). O IF20 também planeja participar do G20 Social no Rio de Janeiro em novembro.

O IF20 se juntou à Parceria sobre Religião e Desenvolvimento Sustentável (PaRD) na organização de muitas dessas atividades e precisa também prestar uma homenagem especial ao Comitê Organizador Local Brasileiro, liderado por Rodrigo Vitorino Souza Alves e acompanhado por Ivo Pereira da Silva e seus membros da equipe, bem como ao Conselho Consultivo do IF20, ao Comitê de Comunicações do IF20 e outros oficiais e funcionários do IF20. Os vários eventos estão registrados no site do IF20, www.G20Interfaith.org, e envolveram um amplo e diverso espectro de atores religiosos, funcionários do governo, representantes de ONGs, acadêmicos e outros. Enormes agradecimentos são devidos a todos aqueles que participaram de alguma forma nesta impressionante constelação de eventos.

Fomos especialmente honrados pela participação de nossa oradora principal, Mary Robinson, ex-Presidente da Irlanda, ex-Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos e atual Presidente dos Anciãos, um distinto grupo de ex-líderes nacionais primeiro convocado por Nelson Mandela. Ela falou duas vezes durante o Fórum, enfatizando a necessidade de ação climática. Ela também concedeu uma importante entrevista e participou de reuniões paralelas com o Presidente e o Vice-Presidente do Brasil, e com muitos outros. Também fomos honrados pelo apoio ao longo do ano de funcionários do governo brasileiro, incluindo discursos no Fórum pela Ministra do Meio Ambiente e pelo Ministro dos Direitos Humanos, bem como a participação de cinco secretários nacionais e vários diretores e outros funcionários. Também nos beneficiamos da receptividade dos líderes governamentais às nossas recomendações tanto antes quanto durante o Fórum de agosto.

Houve bem mais de 400 participantes presenciais no evento de agosto, incluindo indivíduos de 55 países, dos quais 32% eram do Brasil e 68% eram de outros países. Além disso, tivemos 338 participantes online. Nas redes sociais, tivemos 61.982 visualizações no Instagram, com 3.418 interações. O evento também teve mais de 1200 seguidores no Facebook. Falando na sessão de encerramento, Gustavo Westmann do Gabinete da Presidência observou que ele havia trabalhado com toda a gama de atividades no processo geral do G20 do Brasil. Ele elogiou o Fórum Inter-religioso do G20 por ter "definitivamente a [representação] mais diversa, não apenas em termos de pessoas em países, mas também em termos da representação de estrangeiros."

O IF20 foi convidado pelo governo já em junho para submeter suas principais recomendações ao governo para inclusão no plano de ação do governo. No cerne de nossas recomendações está a ideia de que "o engajamento político com comunidades religiosas deve ser uma prioridade." Ligadas a isso estavam cinco recomendações prioritárias, elaboradas na "Visão Retrospectiva" de Katherine Marshall neste documento, relacionadas a crises alimentares, meio ambiente, construção da paz, alívio da dívida e tráfico humano. Resumos de políticas apoiando cada um desses pontos estão disponíveis em nosso site. Veja <https://www.g20interfaith.org/2024-policy-briefs/>. Além disso, como mencionado acima, uma série de webinars destacando esses temas foi organizada e pode ser ouvida ao vivo ou em versões gravadas subsequentes.

O objetivo das recomendações acima mencionadas não é apenas instar a ação por parte dos países do G20, mas destacar essas prioridades para atividades de apoio em comunidades religiosas, na sociedade civil em geral, e em todos os níveis, desde a formulação de políticas internacionais até a ação local.

Além das cinco áreas prioritárias de foco mencionadas acima, várias outras preocupações emergiram das discussões no fórum de agosto. Para simplesmente listar algumas das áreas vitais adicionais identificadas durante o Fórum que precisam de atenção contínua:

- A alfabetização religiosa transcultural precisa ser promovida, não apenas através da expansão do programa indonésio destacado no Fórum, mas encontrando maneiras de estender esse tipo de programa a outros países e outras esferas.
- É necessário um maior engajamento com a juventude, e algum financiamento para tal engajamento foi prometido durante as sessões do Fórum.
- Os desafios e promessas associados à IA são uma esfera emergente que requer atenção urgente.
- A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza merece amplo apoio de países ao redor do mundo.
- David Saperstein enfatizou a "urgência feroz do agora", observando que pela primeira vez na história humana, enfrentamos problemas urgentes que devem ser resolvidos agora ou muitas de nossas possibilidades futuras serão encerradas. Significativamente, temos o poder e a capacidade de resolver esses problemas, se pudermos gerar a vontade política para fazê-lo.
- Precisamos encontrar maneiras de filtrar o veneno da polarização de nossas sociedades, entre outras coisas, abordando novas dimensões de ódio emanando das mídias sociais.
- Precisamos encontrar novas maneiras de promover parcerias entre comunidades religiosas e o setor público.

Várias metáforas poderosas capturaram nossa atenção durante o Fórum. Mary Robinson falou sobre ouvir a erosão de uma geleira e perceber que não é suficiente ouvir e tomar consciência: precisamos agir. Os palestrantes nos alertaram para a "bomba-relógio" do crescimento demográfico jovem na África. O papel invisível das raízes de mangue na filtragem da poluição foi comparado à necessidade de proteger raízes culturais e religiosas que podem ajudar a filtrar o veneno da polarização. Ivo Pereira da Silva fez um importante discurso sugerindo que a ideia do secular pode ser empunhada como uma espada que ataca a vida religiosa ou um escudo que a protege.

Essas metáforas se conectaram em minha mente com uma passagem profética de esperança inscrita em uma parede do outro lado da rua da Praça das Nações Unidas em Nova York: "e eles transformarão suas espadas em arados, e suas lanças em foices: nação não levantará espada contra nação, nem aprenderão mais a guerra." Isaías 2:4. Há muito acredito que algumas forças divinas ou impessoais eventualmente se combinariam para trazer essa transformação. Mas no contexto do Fórum e seu refrão insistente de que devemos agir em muitas frentes urgentes, a passagem assumiu uma dimensão de desafio pessoal. Cabe a *nós* transformar as espadas ao nosso redor em arados, e impedir que nossas ferramentas sejam forjadas em espadas. Não devemos ser espectadores no cumprimento da profecia de Isaías, mas participantes. Precisamos evitar transformar ideias em armas. Precisamos encontrar maneiras de transformar inimigos em amigos, conhecidos em colegas e parceiros. Precisamos desarmar as bombas-relógio de nossa era. No sentido mais profundo, o Fórum Inter-religioso do G20 é um convite para encontrarmos maneiras práticas de participar na transformação de nossas próprias espadas em arados

Fórum Inter-religioso G20 2024, Brasília

Visão Retrospectiva

Por Katherine Marshall

22 de agosto de 2024

Agradecimentos e reconhecimento. As equipes envolvidas, que incluem, especialmente W. Cole Durham, Jr. e Rodrigo Vittorino Alves, dedicaram incontáveis horas e energia criativa a este evento. Temos muitos a agradecer por fazer desta reunião um sucesso. Meus colegas do Diálogo Mundial de Fés para o Desenvolvimento (WFDD) e do Centro Berkley da Universidade de Georgetown, em grande parte invisíveis, contribuíram de maneiras importantes para a preparação substantiva e estarão ativamente envolvidos no acompanhamento. Em resumo, a equipe e os participantes foram magníficos.

Chamados à ação: Fomos chamados à ação por Taissa, uma jovem indígena que vive na Amazônia, que falou durante a plenária de abertura. Sua coragem em nos chamar à ação, em nome de sua geração emergente, ressoou em todos nós. Nos reunimos e agimos acima de tudo em nome das crianças e do que está por vir. Ouvir suas vozes é vital e comovente. Mary Robinson, falando tanto como presidente dos Anciãos quanto como uma "avó zangada", focou na necessidade urgente de ação para mudar o rumo das mudanças climáticas. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente do Brasil, também falou sobre a urgência e ver resultados na prática como nossa responsabilidade coletiva.

O contexto do G20. Uma característica distintiva do foco no G20 é a ligação com o poder, tanto das nações poderosas quanto da autoridade central. Os líderes do G20 exercem poder para mudar o rumo de muitas agendas globais, e a concentração desse poder lhes dá e àqueles que os aconselham grande responsabilidade. Eles têm poder para fazer algumas mudanças quase instantaneamente, por exemplo, dentro de aspectos dos regimes financeiros e relações interestaduais. Sua responsabilidade por outras questões vitais, notadamente afetando as capacidades humanas e o desenvolvimento, tem um prazo mais longo e requer colaboração e o que agora chamamos de participação plena das partes interessadas. Ação e implementação de políticas envolvem recursos, especialmente financeiros, um foco do G20 que também molda as abordagens do IF20. A realidade, no entanto, é que todos têm responsabilidades e fazem parte das forças de mudança e estagnação; para o Fórum Inter-religioso do G20, o G20 e seus papéis complexos são o foco central, mas precisamos sempre manter em mente um equilíbrio entre o poder central e as realidades da comunidade.

Comunicando-se com a liderança do G20. Estive próxima o suficiente de líderes em posições como aqueles que representam a Cúpula do G20 e aprecio as pressões sobre eles, daí a necessidade vital de levar em conta sua situação e perspectivas. O caminho de um líder global através de instituições nacionais, instituições locais, sociedade civil, congregações de muitos tipos, até comunidades e famílias é longo e acidentado, e para os líderes, as pressões de seus papéis podem fazer com que as realidades diárias que afetam especialmente as pessoas pobres desapareçam à distância. Nosso desafio é lembrar e transmitir essas realidades através de uma voz profética, mas também através de ideias e propostas

tangíveis, compreensíveis e práticas. O processo de aprendizagem precisa ir em ambas as direções e ouvir precisa incluir ouvir apelos à ação.

Comunicação tem importância crítica. Todos nós aqui temos papéis especiais como tradutores culturais, fazendo a ponte e conectando diferentes perspectivas e linguagens entre as várias comunidades envolvidas. Tanto líderes quanto aqueles de nós que advogam ou os instam à ação podem ficar em nossas bolhas e serem cegos para realidades alternativas.

Nossa responsabilidade central e preocupação, entrelaçada ao longo das preparações e do Fórum, é destacar aqueles que são centrais para nossa preocupação: os sem voz. "Não deixar ninguém para trás" é o tema central e fomos lembrados frequentemente de que deveria haver "nada sobre nós sem nós", e que uma opção preferencial pelos pobres precisa ser uma realidade.

Dois faces da religião e realidade. Fomos movidos por lembretes da diversidade e complexidade religiosa, através de relatos de realidades vividas e algumas metáforas poderosas. O secularismo, por exemplo, pode ser uma espada que danifica e destrói, ou um escudo, uma força poderosa de proteção. Nosso objetivo é "acentuar o positivo."

A participação brasileira do início ao fim foi uma marca da experiência. Ela enriqueceu cada parte do evento e nos permitiu aprender e desafiar ideias com experiência vivida.

Recomendações do IF20 2024. Quando o Fórum começou, destacamos o difícil processo de seleção que levou ao nosso foco em cinco áreas vitais. O Fórum abordou inúmeras questões e discussões posteriores abriram ainda mais. Suas interconexões nas sociedades dinâmicas de hoje complicam ainda mais a tarefa. Honramos e apreciamos essas diversas prioridades e perspectivas e faremos o acompanhamento das muitas questões interconectadas que fazem parte das mega e perma-crisis de hoje.

O processo de recomendação começou com um breve resumo de uma página das recomendações do Fórum Inter-religioso do G20 de 2024, com o respaldo de cada uma das cinco áreas de foco refletidas em briefings (todos no site). Há também briefings sobre várias outras áreas, incluindo ações pós-COVID-19, financiamento climático e racismo. Agradecemos feedback sobre cada tópico e planejamos um webinar sobre cada um dos cinco tópicos focais nas próximas semanas. Análise e ação, levadas aos países membros do G20, bem como aos anfitriões brasileiros do G20, serão um foco na Cúpula Social de novembro. Esses tópicos exigem foco contínuo e planejamos perseguir esses e outros tópicos no futuro.

Pobreza e fome: O Fórum foi impulsionado pela causa da pobreza e insegurança alimentar. O chamado para fazer parte da nova Aliança contra a Fome ressoa com ensinamentos religiosos centrais. O objetivo é unir forças com os líderes da Aliança como uma parte interessada central. Advocacia e responsabilização são duas importantes contribuições religiosas, mas também são as inúmeras ações de comunidades em todo o mundo: sopas populares, modelando comportamentos construtivos, apoiando a agricultura familiar e inúmeras outras áreas de ação.

Aspectos da governança global também nos chamam à participação ativa em alianças globais, por exemplo, aquelas focadas na reestruturação da dívida, reformas dos regimes tributários globais e financiamento climático. Buscamos uma advocacia forte, ação para responsabilizar os líderes pela implementação em muitos níveis e contribuições religiosas para os amplos objetivos. Apoiar a ação

humanitária vital para salvar vidas está no centro desse foco em sistemas globais de proteção social que visam abordar desigualdades e pobreza. Estes estão no cerne do mandato do G20.

A crise climática e ecológica nos chamou a todos ao longo do Fórum de Brasília para ação urgente - desde o chamado de Taissa ao Patriarca Ecumênico Bartolomeu e cada participante. As muitas dimensões da crise incluem proeminentemente as florestas tropicais, onde a Iniciativa Inter-religiosa para as Florestas Tropicais (IRI) exemplifica as abordagens colaborativas e inspiradoras que buscamos. A IRI reúne diferentes tradições religiosas e inclui de forma integral as comunidades indígenas (reconhecendo seus papéis vitais, junto com governos, empresas, sociedade civil e outras partes interessadas).

Educação para coesão social e harmonia. A alfabetização religiosa e aspectos dos sistemas educacionais que abordam o pluralismo não são proeminentes nas agendas do G20, mas deveriam ser. Os exemplos inspiradores do programa indonésio de Alfabetização Religiosa Transcultural, com seu foco em professores e mensagens de competências e respeito, e a abordagem ousada e de longa data da Arigatou International para a educação ética para crianças oferecem inspiração. Precisamos de modelos fortes para destacar a importância vital da liderança para beneficiar-se das sociedades ricas e cada vez mais plurais do mundo e para abordar as tensões entre grupos que, infelizmente, estão aumentando.

Tráfico de pessoas e escravidão moderna são áreas de foco de longa data do Fórum Inter-religioso do G20. Para 2024, instamos ação prática para levar as ideias e os apelos à ação a um novo nível, com um grupo de trabalho e calendário para relatórios e responsabilização. O Fórum Inter-religioso do G20 propôs apoio ativo, incluindo colocar números financeiros e outras ações para intensificar a ação.

Esperamos a participação ativa na Cúpula Social e aprender sobre e abordar a agenda do G20 de 2025, com a África do Sul assumindo a presidência em 1º de dezembro.

Plenária de Abertura: Rumo a um Mundo Equitativo de Promessa e Oportunidade

*A sessão plenária de abertura do Fórum Inter-religioso do G20 em Brasília, Brasil, estabeleceu o cenário para discussões sobre a criação de um mundo equitativo de promessa e oportunidade. A sessão contou com uma lineup diversificada de palestrantes, incluindo **Rodrigo Vitorino Souza Alves**, Presidente do Comitê Organizador Local; **Flávio Pazeto** da Equipe Sherpa do G20 do Brasil; **Irenilda Aparecida Maria Francisco (Iya Gilda)**, Coordenadora Geral de Liberdade Religiosa, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; **S.E. Sheikh-ul-Islam Allahshukur Pashazadeh**, Grão-Mufti do Conselho dos Muçulmanos do Cáucaso, Azerbaijão; **W. Cole Durham Jr.**, Presidente do Fórum Inter-religioso do G20; **Khushwant Singh** da PaRD; **Hamad Khatir** da Aliança Inter-religiosa para Comunidades Mais Seguras; **Katherine Marshall**, Vice-Presidente do Fórum Inter-religioso do G20; e **Mary Robinson**, Presidente dos Anciãos e ex-Presidente da Irlanda, que proferiu o discurso principal (veja o apêndice para o texto completo). **Taissa Silva da Costa** (Taissa Kambeba) falou como representante da juventude. Perspectivas religiosas foram compartilhadas por líderes de várias religiões, incluindo **Arcebispo Dom Zanoni Demettino**, Arcebispo da Arquidiocese de*

*Feira de Santana; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); **Rev. Juan Cruz**, Presidente, Aliança Evangélica Latina (AEL); **Ven. Sadhvi Bhagawati Saraswati**, Secretária Geral, Aliança Inter-religiosa Global WASH; **Mohamed Bahr**, Chefe de Planejamento Estratégico do Conselho Muçulmano*

de Anciãos; Élder Ahmad S. Corbitt, Setenta, A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias; e S.E. Sheikh Al-Mahfoudh Bin Bayyah, Secretário Geral, Fórum de Abu Dhabi pela Paz, Emirados Árabes Unidos. Finalmente, mensagens em vídeo foram reproduzidas do Patriarca Ecumênico Bartolomeu de Constantinopla, e Ajarn Sulak Sivaraksa, fundador da Rede Internacional de Budistas Engajados. Romana Remor atuou como mestre de cerimônias durante todo o evento.

Visão Geral

A sessão começou com o hino nacional brasileiro, seguido por um grupo inter-religioso apresentando suas diversas perspectivas, que estabeleceu um tom de unidade e diversidade, com um propósito compartilhado. Rodrigo Vitorino Souza Alves deu as boas-vindas aos participantes e destacou a importância do diálogo inter-religioso em abordar os desafios globais. Flávio Pazeto delineou as prioridades da presidência brasileira do G20, enfatizando a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a reforma das estruturas de governança global.

W. Cole Durham Jr. forneceu contexto sobre a história e os objetivos do Fórum Inter-religioso do G20, explicando seu papel em trazer vozes religiosas para discussões de políticas globais. Khushwant Singh da PaRD enfatizou a necessidade de colaboração entre governos, atores religiosos e sociedade civil para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável. Katherine Marshall traçou a jornada do Fórum Inter-religioso do G20, destacando seus vínculos em evolução com o G20 e a importância da "rede de redes" que o Fórum Inter-religioso do G20 utiliza em todo o mundo.

O discurso principal de Mary Robinson foi um poderoso chamado à ação sobre mudanças climáticas e desigualdades globais. Ela enfatizou o impacto desproporcional das mudanças climáticas em populações vulneráveis e a necessidade urgente de ação transformadora. Robinson declarou:

"Como meu querido amigo, o falecido Arcebispo Desmond Tutu, costumava dizer, sou uma prisioneira da esperança. Sei que podemos enfrentar a crise climática e da natureza. Soluções já estão em andamento e devemos apoiá-las e acelerá-las."

Após o discurso principal, líderes religiosos ofereceram perspectivas de suas respectivas tradições. Ven. Sadhvi Bhagawati Saraswati falou sobre a visão hindu da natureza como sagrada e a importância de viver conscientemente. Mohamed Bahr destacou o papel da educação e da fé na criação de um mundo sustentável. Élder Ahmad S. Corbitt discutiu os princípios cristãos de amar a Deus e ao próximo como fundamentos para abordar os desafios globais. S.E. Sheikh Al-Mahfoudh Bin Bayyah ofereceu observações finais, enfatizando a necessidade de unidade para enfrentar os desafios globais. Ele pediu que as pessoas de fé unissem suas vozes pela paz.

A sessão também incluiu mensagens em vídeo do Patriarca Ecumênico Bartolomeu de Constantinopla e de Ajarn Sulak Sivaraksa, fundador da Rede Internacional de Budistas Engajados*. Essas mensagens reforçaram a natureza global do fórum e o compromisso compartilhado com a cooperação inter-religiosa em questões urgentes.

Um elemento único da plenária foi a inclusão da perspectiva de uma jovem líder indígena. Taissa Silva da Costa (Taissa Kambeba) falou apaixonadamente sobre a importância de incluir vozes indígenas nas discussões sobre sustentabilidade e proteção ambiental.

A plenária de abertura estabeleceu um tom de urgência, esperança e cooperação inter-religiosa para o restante do fórum. Ela destacou a interconexão dos desafios globais e o papel vital que as comunidades religiosas podem desempenhar para enfrentá-los.

Conclusões

Principais conclusões e pontos de ação da sessão plenária:

- Necessidade urgente de ação sobre mudanças climáticas e proteção ambiental
- Importância de incluir vozes diversas, especialmente perspectivas indígenas, em discussões globais
- Papel da educação e valores éticos na criação de um mundo sustentável
- Necessidade de cooperação inter-religiosa para enfrentar desafios globais
- Ênfase em não deixar ninguém para trás na busca pelo desenvolvimento sustentável
- Reconhecimento da autoridade moral das comunidades religiosas em influenciar políticas globais
- Compromisso de alavancar redes religiosas para ação climática e justiça social

Importância do pensamento e liderança de longo prazo para enfrentar crises globais Chamado por maior visibilidade e participação das comunidades religiosas em fóruns globais como o G20 Plenária #2: Imperativos de 2024 e Contribuições Inter-religiosas

*Moderada por **Rodrigo Vitorino Souza Alves**, o painel contou com **David Beckmann** do Circle of Protection e Presidente Emérito do Bread for the World; **Eric LeCompte**, Diretor Executivo, Jubilee USA Network, **David Saperstein**, Conselheiro Sênior de Políticas, União para o Judaísmo Reformista; e **Chief Dr. Doliwura Zakaria**, Presidente, Fórum de Diálogo Inter-religioso da União Africana, com **Elcior Santana**, Professor Adjunto, Universidade de Georgetown (participando virtualmente). A sessão abordou as crises e desafios multifacetados que confrontam os líderes do G20 e o papel das contribuições inter-religiosas para enfrentar essas questões.*

Visão Geral

A sessão começou com Rodrigo Vitorino Souza Alves apresentando o painel e estabelecendo o contexto para a discussão sobre os imperativos de 2024 e contribuições inter-religiosas.

David Beckmann abriu o painel discutindo o Circle of Protection, uma coalizão de advocacia baseada nos EUA de órgãos eclesiais representando 100 milhões de pessoas. Ele enfatizou a necessidade de reviver o progresso contra a fome e a pobreza como uma prioridade fundamental para os líderes religiosos. Beckmann destacou o progresso sem precedentes feito contra a pobreza extrema nas últimas décadas, mas observou que esse progresso estagnou e, em alguns casos, reverteu. Ele pediu que os líderes religiosos ensinem sobre justiça social e ajudem a construir organizações de pressão para defender os desfavorecidos.

Beckmann também apresentou a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, uma iniciativa proposta pelo Presidente Lula do Brasil e programada para ser lançada na próxima cúpula do G20. Ele encorajou o Fórum Inter-religioso a apoiar esta aliança recrutando governos para se juntarem e assumirem compromissos para superar a fome e a pobreza.

Eric LeCompte da Jubilee USA Network falou sobre o conceito bíblico de Jubileu e sua relevância para os desafios econômicos atuais. Ele enfatizou três áreas-chave onde o G20 precisa tomar ação: alívio da dívida, ajuda econômica suficiente para acabar com a pobreza e proteger o planeta, e abordar o financiamento climático. LeCompte enfatizou a importância da voz da comunidade religiosa em influenciar as decisões do G20 sobre essas questões.

David Saperstein forneceu um contexto mais amplo para os esforços inter-religiosos, destacando o nível sem precedentes de diálogo e cooperação multi-fé na história humana. Ele enfatizou a "urgência feroz do agora", referenciando Dr. Martin Luther King Jr., e delineou os desafios globais críticos que requerem atenção imediata, incluindo mudanças climáticas, ameaças à democracia e injustiça econômica. Saperstein enfatizou a voz moral única que as comunidades religiosas podem trazer para essas questões.

Chief Dr. Doliwura Zakaria falou sobre o reconhecimento da União Africana do papel dos líderes religiosos em garantir paz e desenvolvimento em todo o continente. Ele delineou várias áreas-chave onde as contribuições inter-religiosas são cruciais, incluindo construção da paz e resolução de conflitos, combate ao extremismo, promoção dos direitos humanos e dignidade, esforços humanitários, ação climática e advocacia de políticas públicas.

Elcior Santana, participando virtualmente, focou em três questões inter-relacionadas: dívida, financiamento climático e instituições financeiras globais. Ele enfatizou a necessidade de alívio da dívida e os desafios apresentados pelo aumento das taxas de juros, especialmente para países em desenvolvimento. Santana também destacou a importância do financiamento climático e a necessidade de reforma nas instituições financeiras globais para melhor representar as vozes dos países em desenvolvimento.

Conclusões

Principais conclusões e pontos de ação da sessão plenária:

- Necessidade urgente de reviver o progresso contra a fome e a pobreza
- Importância de apoiar a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza
- Chamado por alívio da dívida e reforma dos sistemas financeiros globais
- Necessidade de aumento do financiamento e ação climática
- Reconhecimento da voz moral única que as comunidades religiosas podem trazer para os desafios globais
- Importância da cooperação inter-religiosa em abordar questões como construção da paz, direitos humanos e ação climática
- Oportunidade de alavancar o ano do Jubileu de 2025 para iniciativas religiosas sobre justiça econômica e social
- Chamado por reforma das instituições financeiras globais para melhor representar os países em desenvolvimento
- Ênfase no papel dos líderes religiosos em promover paz e desenvolvimento, especialmente na África
- Reconhecimento da interconexão dos desafios globais e a necessidade de soluções abrangentes

A1: Liberdade Religiosa no Brasil

*A sessão foi moderada por **Flavio Alegretti de Campos Cooper**, Desembargador do Tribunal do Trabalho de São Paulo, e **Renata Bahrapour**, Coordenadora de Área no Escritório de Relações Externas da Comunidade Bahá'í do Brasil. A sessão contou com uma introdução de **Irenilda Aparecida Maria Francisco (Iya Gilda)**, Coordenadora Geral de Liberdade Religiosa no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, seguida por breves declarações sobre questões de **vários líderes religiosos e especialistas no Brasil** (veja abaixo). As observações finais foram feitas por **Gary Doxey**, Diretor Associado do Centro Internacional de Estudos de Direito e Religião.*

Visão Geral

A sessão começou com uma introdução destacando a importância da liberdade religiosa no Brasil, um país com significativa diversidade religiosa. Irenilda Aparecida Maria Francisco enfatizou o papel do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania na promoção e proteção da liberdade religiosa como um direito fundamental.

Vários palestrantes forneceram breves declarações sobre vários aspectos da liberdade religiosa no Brasil:

Christine Alves Bastos, Coletivo Mulheres de Axé, falou sobre os desafios enfrentados pelos praticantes de religiões afro-brasileiras, enfatizando a necessidade de maior reconhecimento e proteção de suas práticas religiosas.

Damaris Moura Kuo, Subprefeita de São Paulo, discutiu a importância da liberdade religiosa no contexto da governança local e a necessidade de políticas que garantam tratamento igualitário a todos os grupos religiosos.

Girrad MahmoudSammour, Presidente da Associação Nacional de Juristas Islâmicos (ANAJI), abordou as preocupações da comunidade muçulmana no Brasil, destacando questões de discriminação religiosa e a importância do diálogo inter-religioso.

Thiago Vieira do Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR) focou nos aspectos legais da liberdade religiosa no Brasil, discutindo casos judiciais recentes e desenvolvimentos legislativos que afetam direitos religiosos.

André Fagundes, pesquisador associado ao Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião (CEDIRE), apresentou resultados de pesquisas sobre o estado da liberdade religiosa no Brasil, identificando tanto progressos quanto desafios contínuos.

Bruno Silva Augusto, Vice-Presidente da Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da OAB/PR, discutiu o papel dos profissionais do direito em proteger a liberdade religiosa e defender os direitos das minorias religiosas.

Andrea Letícia Carvalho Guimarães, também do CEDIRE, abordou a intersecção da liberdade religiosa com outras questões de direitos humanos, como igualdade de gênero e direitos LGBTQ+.

Samuel Gomes de Lima da Associação Brasileira de Liberdade Religiosa e Cidadania (ABLIRC) falou sobre a importância do engajamento cívico e educação na promoção da tolerância e compreensão religiosa.

Odacyr Carlos Prigol, Diretor de Área do Brasil na J. Reuben Clark Law Society, discutiu o papel das organizações baseadas na fé na promoção da liberdade religiosa e justiça social.

Evaldo Dias Lima Filho, Assessor de Diálogo Inter-religioso na Rede Amazonizar, destacou os desafios únicos e perspectivas das práticas religiosas indígenas na região amazônica.

Martinho Arnaldo Campos Carmona, parlamentar e pastor evangélico, forneceu insights sobre o papel dos líderes religiosos na formação de políticas públicas e promoção da liberdade religiosa.

Temas

Ao longo da sessão, vários temas-chave emergiram:

1. A diversidade de experiências religiosas no Brasil, variando de tradições afro-brasileiras a denominações cristãs convencionais, Islã e práticas espirituais indígenas.
2. Os desafios contínuos enfrentados por minorias religiosas, incluindo discriminação, falta de reconhecimento e às vezes violência.
3. A importância das proteções legais para a liberdade religiosa e a necessidade de aplicação efetiva das leis existentes.
4. O papel do diálogo e cooperação inter-religiosos na promoção da tolerância e compreensão religiosa.
5. A intersecção da liberdade religiosa com outras questões sociais, como igualdade racial, direitos de gênero e preocupações ambientais.
6. A necessidade de maior educação e conscientização sobre diversidade religiosa e os princípios da liberdade religiosa.
7. A importância de equilibrar a liberdade religiosa com outros direitos fundamentais e valores sociais.

Os palestrantes enfatizaram que, embora o Brasil tenha feito progressos significativos na proteção da liberdade religiosa, ainda há trabalho a ser feito. Eles pediram maior cooperação entre comunidades religiosas, organizações da sociedade civil e instituições governamentais para enfrentar os desafios contínuos.

Conclusão

Em suas observações finais, **Gary Doxey** destacou a significância global da experiência do Brasil com a liberdade religiosa. Ele observou que como um dos países mais religiosamente diversos do mundo, os sucessos e desafios do Brasil nesta área oferecem lições importantes para outras nações. Doxey enfatizou

a necessidade de vigilância contínua na proteção da liberdade religiosa e a importância de fomentar uma cultura de respeito mútuo e compreensão entre diferentes tradições de fé.

A sessão concluiu com um chamado à ação para todos os participantes continuarem trabalhando em direção a um Brasil onde todos os indivíduos possam praticar livremente sua fé sem medo de discriminação ou perseguição. Os palestrantes enfatizaram a importância da liberdade religiosa não apenas como um direito legal, mas como um aspecto fundamental da dignidade humana e harmonia social.

Conclusões

As principais conclusões da sessão incluíram:

- A necessidade de proteções legais mais fortes e mecanismos de aplicação para a liberdade religiosa
- A importância do diálogo e cooperação inter-religiosos na promoção da tolerância religiosa
- O papel da educação no combate à discriminação religiosa e promoção da compreensão
- A interconexão da liberdade religiosa com outras questões de direitos humanos e justiça social
- Os desafios únicos enfrentados pelas práticas religiosas indígenas e afro-brasileiras
- O potencial do Brasil servir como um modelo de pluralismo e liberdade religiosa no cenário global

A2: Engajamento Religioso na Segurança Alimentar

*A sessão foi moderada por **Maurice Bloem**, Presidente/CEO da Joint Learning Initiative (JLI), e **Romanna Remor**, Presidente do Conselho de Administração da Fundação Roble del Sur. O painel contou com especialistas de várias organizações baseadas na fé e agências governamentais, incluindo **Asma Lateef**, líder de Política e Advocacia no SDG2 Advocacy Hub (participando virtualmente); **Peter Prove**, Diretor, Comissão das Igrejas para Assuntos Internacionais, Conselho Mundial de Igrejas; **Andrea Kaufmann**, Diretora, Fé e Engajamento Externo, Visão Mundial Internacional; **Cleusa Alves**, Vice-Presidente da Cáritas Brasil; **Paulo Lopes**, Diretor, Divisão Sul-Americana, ADRA Internacional; e **Renato Godinho**, Assessor Especial, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil.*

Visão Geral

A sessão começou com uma introdução destacando a importância das organizações baseadas na fé em abordar questões de segurança alimentar globalmente. Renato Godinho forneceu uma visão geral da iniciativa Aliança Global contra a Fome e a Pobreza do Brasil, enfatizando a experiência do país em reduzir com sucesso a fome através de instrumentos de política liderados nacionalmente. Ele explicou que a aliança visa mobilizar parcerias entre governos nacionais, instituições financeiras e organizações de conhecimento para implementar programas eficazes contra a fome e a pobreza.

Asma Lateef, participando virtualmente, enfatizou a urgência de abordar a atual crise alimentar, observando que 150 milhões de pessoas a mais estão com fome hoje do que em 2019. Ela destacou a

importância do financiamento em apoiar a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, particularmente através de mecanismos como a reposição da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) do Banco Mundial.

Paulo Lopes compartilhou um estudo de caso bem-sucedido de Brasília, onde o cultivo de ervas medicinais e tradicionais tem desempenhado um papel crucial em garantir a segurança alimentar para comunidades locais, ao mesmo tempo em que preserva tradições culturais e promove práticas agrícolas sustentáveis.

Cleusa Alves apresentou a experiência da Cáritas Brasil em abordar a fome e a pobreza através de sua campanha anual de fraternidade e várias iniciativas como apoiar casas de sementes e fomentar grupos de solidariedade econômica.

Andrea Kaufmann enfatizou o papel das comunidades religiosas em abordagens transformadoras para a fome, nutrição e sistemas alimentares. Ela destacou três áreas-chave onde os atores religiosos contribuem: fornecendo apoio imediato aos necessitados, atuando como administradores da terra e promovendo práticas agrícolas sustentáveis, e servindo como mobilizadores sociais para mudanças de política.

Peter Prove compartilhou os "Dez Mandamentos sobre Alimentos" do Conselho Mundial de Igrejas, um conjunto de princípios destinados a promover práticas alimentares responsáveis e éticas. Ele também discutiu o desafio crescente da insegurança alimentar devido a conflitos, a pandemia de COVID-19 e mudanças climáticas, destacando o caso específico de Kiribati como um exemplo de vulnerabilidade extrema à insegurança alimentar e mudanças climáticas.

Temas

Ao longo da sessão, vários temas-chave emergiram:

1. O papel crítico das organizações baseadas na fé em abordar a fome e segurança alimentar nos níveis local, nacional e global.
2. A importância das parcerias multissetoriais e iniciativas lideradas pelo governo no combate à fome e à pobreza.
3. A necessidade de abordagens sustentáveis e culturalmente apropriadas para segurança alimentar, incluindo apoio a agricultores de pequena escala e práticas agrícolas tradicionais.
4. A interconexão da segurança alimentar com outras questões como mudanças climáticas, conflitos e desenvolvimento econômico.
5. O potencial das organizações baseadas na fé para influenciar políticas e mobilizar recursos para iniciativas de segurança alimentar.

Conclusões

As principais conclusões da sessão incluíram:

- A importância de sistemas e políticas a nível nacional em abordar a fome e a pobreza

- A necessidade de aumento de financiamento e apoio para iniciativas de segurança alimentar, particularmente através de mecanismos como o braço de empréstimos concessionais do Banco Mundial, a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)
- O valor das práticas agrícolas tradicionais e sustentáveis em garantir a segurança alimentar e preservar o patrimônio cultural
- O potencial das organizações baseadas na fé para servir como pontes entre comunidades, governos e organizações internacionais em abordar questões de segurança alimentar
- A urgência de abordar a fome e a desnutrição, particularmente à luz de crises globais recentes e desafios contínuos como as mudanças climáticas

A3: Fé em Ação: Fórum Econômico Mundial (WEF) e USAID

*A sessão, moderada por **Judd Birdsall**, Professor Assistente de Prática, Universidade de Georgetown, contou com apresentações sobre recentes revisões estratégicas do Fórum Econômico Mundial (WEF) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em relação ao seu engajamento com organizações baseadas na fé e atores religiosos. Os palestrantes incluíram **Jack Hildebrand e David Sangokoya** do WEF (participando virtualmente), **Peter Mandaville**, Conselheiro Sênior para Engajamento Religioso, USAID e **Katherine Thompson**, Analista Sênior de Programas, Centro para Parcerias Baseadas na Fé e de Vizinhança, USAID, com comentários de **Kimberly Parent**, Oficial de Assuntos Externos, Banco Mundial.*

Visão Geral

David Sangokoya e Jack Hildebrand apresentaram o relatório "Faith in Action" do WEF, lançado no início de 2024. Eles destacaram o longo envolvimento do Fórum com líderes religiosos e o crescente interesse entre parceiros de negócios em se engajar com comunidades religiosas. O relatório enfatiza três fatores fundamentais da religião e espiritualidade: comunidade, credo e cidadania. Ele mostra os impactos atuais das organizações baseadas na fé, explora parcerias entre líderes globais e setores religiosos, e aborda desafios no engajamento com atores religiosos.

Peter Mandaville introduziu o trabalho da USAID com organizações baseadas na fé, que remonta aos anos 1960. Ele destacou o Centro para Parcerias Baseadas na Fé e de Vizinhança da agência, estabelecido em 2002, que serve como um ponto de entrada para organizações baseadas na fé, constrói capacidade dentro da força de trabalho da USAID, e se concentra em políticas e construção de parcerias externas. Mandaville enfatizou a recente "Política de Engajamento Religioso Estratégico: Construindo Pontes" da USAID, a primeira política abrangente de uma agência federal dos EUA explicando por que e como eles trabalham com parceiros baseados na fé.

Katherine Thompson elaborou sobre a política da USAID, que visa fortalecer parcerias com atores religiosos, construir capacidade da força de trabalho, e integrar o engajamento religioso estratégico em toda a agência. A política delineia uma estrutura de quatro etapas: pesquisar o cenário, estabelecer a base, construir juntos e manter e reparar parcerias.

Kimberly Parent do Banco Mundial discutiu sua abordagem ao engajamento religioso, enfatizando a necessidade de comunicação bidirecional e a importância de ouvir das comunidades sobre suas necessidades e expertise. Ela destacou os esforços do Banco Mundial para se engajar com organizações baseadas na fé e atores religiosos tanto em nível global quanto local.

Temas

Temas-chave que emergiram da discussão incluíram:

1. O crescente reconhecimento da importância dos atores baseados na fé no trabalho de desenvolvimento e humanitário.
2. A necessidade de compreensão mútua e capacitação entre organizações internacionais e comunidades religiosas.
3. A importância do engajamento inclusivo que vai além das hierarquias religiosas formais para incluir líderes de base e vozes diversas.
4. O potencial para parcerias baseadas na fé para abordar desafios globais como mudanças climáticas, pobreza e coesão social.
5. Os desafios de navegar dinâmicas de poder e garantir parcerias autênticas e mutuamente benéficas.

Conclusões

As principais conclusões incluíram:

- A crescente importância do engajamento religioso nos setores de desenvolvimento internacional e negócios
- A necessidade de abordagens mais inclusivas, equitativas e sensíveis ao contexto para parcerias religiosas
- A importância de abordar dinâmicas de poder e garantir aprendizado mútuo e benefício
- O potencial para colaborações baseadas na fé contribuirão significativamente para abordar desafios globais
- A necessidade contínua de capacitação e melhor compreensão em todos os lados

A4: Reconstruindo após a COVID-19

*O painel, moderado por **Salette Aquino**, United Religions Initiative, Brasil e **Stefan Sengstmann**, World Vision e PaRD, contou com palestrantes de várias organizações de saúde e grupos baseados na fé discutindo os desafios e lições aprendidas com a pandemia de COVID-19. Os painelistas incluíram **Doug Fountain**, Diretor Executivo, Christian Connections for International Health; **Monica Paschoal Nogueira**, Cirurgiã Ortopédica, Hospital do Servidor Público Estadual em São Paulo; **Abdul Muti**, Secretário Geral, Muhammadiyah, Indonésia; **Lely Guzman**, Organização Pan-Americana da Saúde, **Ricardo Gadelha de Abreu**, Analista de Política Social, Ministério da Saúde do Brasil, e **Ahmed Shehata**, CEO, Islamic Relief USA.*

Visão Geral

A sessão começou com um reconhecimento do custo pessoal da pandemia, com Salette Aquino compartilhando sua experiência de perder um membro da família para a COVID-19. Stefan Sengstmann enfatizou a importância de aprender com a pandemia para se preparar para futuras crises de saúde.

Temas-chave que emergiram da discussão incluíram:

1. A necessidade de uma abordagem holística para sistemas de saúde que possam lidar com desafios multifacetados.
2. A importância de respostas baseadas na comunidade e o papel de organizações baseadas na fé em crises de saúde.
3. Os impactos contínuos na saúde mental da pandemia e a necessidade de maior apoio.
4. O impacto desproporcional da pandemia em populações vulneráveis e a necessidade de soluções de saúde equitativas.
5. A importância da disseminação precisa de informações e combate à desinformação.

Doug Fountain enfatizou a necessidade de evitar a obsessão com a próxima pandemia em detrimento de outros desafios de saúde. Ele destacou a importância de abordar questões de saúde mental, particularmente entre jovens em países de baixa e média renda.

Monica Paschoal Nogueira apresentou um estudo de caso sobre o tratamento de deformidades do pé torto, enfatizando a importância de continuar os cuidados de saúde não relacionados à COVID durante a pandemia. Ela enfatizou a necessidade de autonomia local no tratamento de tais condições.

Abdul Muti compartilhou a experiência da Indonésia em gerenciar a pandemia, destacando a importância da cooperação inter-religiosa e abordagens baseadas na comunidade. Ele enfatizou a necessidade de resiliência a desastres e reinterpretação de textos religiosos para apoiar medidas de saúde pública.

Lely Guzman discutiu o papel da Organização Pan-Americana da Saúde nas Américas, enfatizando a necessidade de fortalecer a arquitetura global de saúde e garantir acesso equitativo a vacinas e tratamentos.

Ricardo Gadelha de Abreu compartilhou a experiência do Brasil no desenvolvimento e distribuição de vacinas, destacando o sucesso do país em fornecer vacinas gratuitas à sua população.

Ahmed Shehata discutiu o papel da Islamic Relief USA no apoio às comunidades durante a pandemia, incluindo esforços para manter práticas religiosas enquanto aderindo às diretrizes de saúde pública. Ele enfatizou a importância da cooperação inter-religiosa e do apoio a instituições religiosas com dificuldades financeiras.

A discussão também abordou os desafios enfrentados pelas comunidades religiosas durante os lockdowns e a necessidade de abordagens equilibradas que respeitem tanto as necessidades de saúde pública quanto as liberdades religiosas.

Pontos de Ação

Pontos de ação chave para o G20 incluíram:

1. Investir no mapeamento e compreensão dos ativos de saúde baseados na fé e suas potenciais contribuições para a saúde global.
2. Fortalecer abordagens baseadas na comunidade para crises de saúde e resiliência a desastres.
3. Desenvolver sistemas de saúde globais mais inclusivos e equitativos que não deixem ninguém para trás.
4. Abordar os impactos na saúde mental da pandemia, particularmente entre os jovens.
5. Facilitar processos para ONGs e organizações baseadas na fé operarem e transferirem fundos durante crises.
6. Investir na construção de capacidade local para sistemas de saúde e preparação para pandemias.
7. Garantir acesso equitativo a vacinas e tratamentos globalmente.
8. Desenvolver políticas que equilibrem as necessidades de saúde pública com as liberdades religiosas durante crises.

A5: Locais Sagrados

*A sessão foi moderada por **W. Cole Durham Jr.**, Presidente do Fórum Inter-religioso do G20, e **Marcio Henrique Pereira Ponzilacqua**, Vice-Reitor, Faculdade de Direito, Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Os painelistas incluíram **Knox Thames**, Professor, Universidade Pepperdine, **Arcebispo Nikitas**, Arcebispo de Thyateira e Grã-Bretanha, Presidente da Conferência de Igrejas Europeias; **Elizabeta Kitanovic**, da Conferência de Igrejas Europeias; **Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro**, ex-juíza do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil; **Rabino Simantob Nigri**, União Israelita do Peru, Vice-Presidente, Conselho Inter-religioso do Peru, Religiões pela Paz, e **Imam Marwan Gill**, Imam, Comunidade Muçulmana Ahmadiyya da Argentina.*

Temas

Temas e pontos-chave discutidos:

1. O potencial dos locais sagrados para promover o pluralismo e o diálogo inter-religioso: Knox Thames destacou o papel único que os locais sagrados podem desempenhar no fomento de conversas sobre diversidade e respeito pelas crenças dos outros. Ele propôs uma estrutura para alavancar locais sagrados para promover o pluralismo de maneiras localmente aceitáveis, flexíveis e sustentáveis.
2. Desafios para proteger locais sagrados: O Arcebispo Nikitas levantou preocupações sobre a destruição e exploração de locais sagrados devido à ganância, guerra, colonialismo e turismo. Ele enfatizou a necessidade de devolver artefatos roubados e proteger terras sagradas indígenas.
3. A perspectiva franciscana sobre espaços sagrados: Marcio Ponzilacqua discutiu a visão franciscana de toda a natureza como sagrada, enfatizando a interconexão entre humanos e o meio ambiente.
4. Intolerância religiosa e violência contra locais sagrados: Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro destacou o aumento de ataques a locais religiosos afro-brasileiros no Brasil, ligando isso ao crescimento da intolerância religiosa e polarização política.
5. Perspectiva islâmica sobre proteção de locais sagrados: O Imam Marwan Gill enfatizou o dever islâmico de proteger não apenas mesquitas, mas todos os locais de culto. Ele ressaltou a

importância de converter corações em espaços sagrados para fomentar o respeito por todos os locais sagrados.

6. Perspectiva e preocupações judaicas: O Rabino Simantob Nigri discutiu o conceito de lugares sagrados no judaísmo e levantou preocupações sobre a destruição de cemitérios judeus e outros locais sagrados.
7. Apoio financeiro para proteger locais sagrados: Elizabeta Kitanovic propôs estabelecer um fundo global para locais sagrados, encorajando governos nacionais a alocar orçamentos dedicados e promovendo parcerias público-privadas para preservação de locais.
8. Perspectivas e desafios indígenas: Vários participantes levantaram preocupações sobre a proteção de locais sagrados indígenas, que muitas vezes não são reconhecidos ou protegidos da mesma forma que locais religiosos mais convencionais.
9. Preservação digital e tecnologia: O uso potencial de tecnologia digital para preservar e documentar locais sagrados foi discutido.
10. Desafios legais e políticos: As discussões abordaram questões de separação entre igreja e estado, direitos de propriedade e as complexidades de locais com significado histórico e religioso em camadas.

Recomendações

Principais recomendações e pontos de ação:

1. Estabelecer um conselho ou comissão global para fornecer conselhos e compartilhar experiências sobre proteção de locais sagrados.
2. Criar um fundo global para a preservação e proteção de locais sagrados.
3. Desenvolver estruturas legais mais inclusivas que reconheçam e protejam locais sagrados indígenas.
4. Promover diálogo e cooperação inter-religiosos na proteção de locais sagrados.
5. Abordar as causas fundamentais da intolerância religiosa e polarização política que levam a ataques a locais sagrados.
6. Explorar o uso de tecnologias digitais para preservação e educação sobre locais sagrados.
7. Melhorar a alfabetização religiosa e compreensão de diversos espaços sagrados entre formuladores de políticas e o público em geral.
8. Encorajar governos nacionais a alocar orçamentos dedicados para a proteção de locais sagrados.
9. Fomentar engajamento e propriedade comunitária na preservação de locais sagrados.
10. Desenvolver estratégias para equilibrar as necessidades dos adoradores com a preservação do patrimônio histórico e cultural.

A6: Agindo sobre Desinformação e Mídias Sociais:

Incitação à Violência

A sessão, moderada por Rodrigo Vitorino Souza Alves, Presidente do Comitê Organizador Local do IF20, e Luiza Guimarães Cavalcanti Spinassé, representante institucional da Comunidade Bahá'í do

*Brasil, contou com palestrantes de diversos backgrounds discutindo os desafios da desinformação, discurso de ódio e incitação à violência nas mídias sociais, particularmente em relação à religião e crença. Os painelistas incluíram **Michael Wiener**, Oficial de Direitos Humanos no Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (participando virtualmente); **Nazila Ghanea**, Relatora Especial da ONU sobre Liberdade de Religião ou Crença; (participando virtualmente); **Jayme Weingartner Neto**, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; **Fábio Carvalho Leite**, Professor, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; **Thiago Alves Pinto**, Professor Departamental, Universidade de Oxford; e **Angela Redding**, Diretora Executiva, Fundação Radiant.*

Temas

Temas-chave e pontos discutidos:

1. Estruturas legais e padrões internacionais: Os palestrantes destacaram a importância de padrões internacionais como o Plano de Ação de Rabat e resoluções da ONU sobre combate à intolerância. O papel da justiça criminal em abordar o discurso de ódio foi discutido, com a maioria dos painelistas concordando que deve ser usado como último recurso.
2. Responsabilidade das mídias sociais: A responsabilidade das empresas de mídias sociais na moderação de conteúdo e prevenção da disseminação de discurso de ódio foi um foco importante. Os painelistas discutiram os desafios de equilibrar a liberdade de expressão com a necessidade de combater conteúdo prejudicial.
3. Discriminação e intolerância religiosa: Vários palestrantes abordaram os desafios específicos enfrentados por minorias religiosas, incluindo religiões afro-brasileiras no Brasil e o aumento do antissemitismo globalmente.
4. Desinformação vs. má informação: Thiago Alves Pinto esclareceu a distinção entre desinformação (informação imprecisa espalhada acidentalmente) e má informação (informação falsa espalhada intencionalmente para causar dano).
5. O papel da educação e alfabetização midiática: Os painelistas enfatizaram a importância da educação e alfabetização midiática no combate à desinformação e discurso de ódio.
6. Compreensão contextual: A necessidade de considerar o contexto em que ocorre o discurso potencialmente prejudicial foi enfatizada, com referências ao teste de limiar de seis partes do Plano de Ação de Rabat.
7. Representação positiva da religião na mídia: Angela Redding apresentou pesquisas mostrando a prevalência de representações negativas da religião na mídia e pediu representações mais equilibradas e positivas.
8. Interseccionalidade da discriminação: Os palestrantes observaram que a discriminação religiosa frequentemente se cruza com outras formas de discriminação, como racismo e sexismo.
9. O papel dos líderes religiosos: A importância dos líderes religiosos em combater o discurso de ódio e promover a tolerância foi discutida.
10. Tecnologia e moderação de conteúdo: O uso de IA e outras tecnologias na moderação de conteúdo em plataformas de mídias sociais foi abordado, junto com os desafios e benefícios potenciais.

Recomendações

Principais recomendações e pontos de ação:

1. Implementar e promover o uso de padrões internacionais como o Plano de Ação de Rabat para abordar o discurso de ódio e incitação à violência.
2. Encorajar empresas de mídias sociais a adotar políticas de moderação de conteúdo mais transparentes e eficazes baseadas em padrões de direitos humanos.
3. Promover programas de educação e alfabetização midiática para ajudar indivíduos a avaliar criticamente informações e reconhecer desinformação.
4. Apoiar pesquisas sobre os impactos do discurso de ódio e desinformação, particularmente em comunidades religiosas.
5. Encorajar representações positivas e equilibradas da religião na mídia.
6. Fomentar diálogo e cooperação inter-religiosos para combater a intolerância e discriminação religiosa.
7. Desenvolver abordagens abrangentes que abordem as causas fundamentais do discurso de ódio e intolerância, em vez de confiar apenas em medidas de justiça criminal.
8. Fortalecer parcerias entre governos, organizações da sociedade civil e empresas de tecnologia para combater desinformação e discurso de ódio.
9. Promover o uso de contra-discurso e narrativas positivas para combater o discurso de ódio e desinformação.
10. Apoiar o desenvolvimento de estratégias locais e culturalmente apropriadas para abordar o discurso de ódio e desinformação em diferentes contextos.

B1: Mulheres Construindo Paz e Comunidades Resilientes

*Os palestrantes incluíram **Musimbi Kanyoro**, Círculo de Mulheres Teólogas Africanas Preocupadas, e **Paola Spikes**, Juíza do Tribunal Federal do Rio de Janeiro, como moderadoras, junto com **Maricarmen Plata**, Secretária de Acesso a Direitos e Equidade, Organização dos Estados Americanos; **Bani Dugal**, Representante Principal na ONU, Comunidade Internacional Bahá'í; **Anne Simmons-Benton**, Co-Presidente do W20 EUA (participando virtualmente); **Elcimar Dias Pereira**, Assessora Internacional do Instituto da Mulher Negra Geledés; **Kathia Kozłowski**, Gerente de Relações Governamentais, CONIB; e **Rachel Tavernor**, Estrategista de Programa em Justiça de Gênero, Aliança ACT. A sessão visou destacar áreas prioritárias para análise e ação adicionais sobre questões de gênero dentro das agendas do G20 e do Fórum Inter-religioso.*

Visão Geral

A sessão começou com observações de abertura das moderadoras, que enfatizaram a importância da igualdade e liderança das mulheres como centrais para o progresso global, conforme destacado na agenda do G20. Elas observaram que, embora as mulheres sempre tenham desempenhado papéis significativos nas comunidades religiosas, suas contribuições são frequentemente sub-reconhecidas. As moderadoras enquadraram a discussão como uma oportunidade para aprofundar a compreensão, compartilhar insights e identificar passos acionáveis para amplificar os papéis das mulheres na construção da paz e na criação de comunidades resilientes.

Maricarmen Plata da Organização dos Estados Americanos forneceu uma perspectiva multilateral, destacando o baixo número de mulheres em posições de liderança em organizações multilaterais. Ela enfatizou a importância de promover as vozes das mulheres e criar espaços para diálogo no nível multilateral. Plata discutiu três componentes-chave para avançar a participação das mulheres: foco no pluralismo, engajamento da sociedade civil e interseccionalidade.

Bani Dugal da Comunidade Internacional Bahá'í falou sobre reconceptualizar paz e segurança para incluir acesso a serviços sociais, educação e bem-estar comunitário. Ela enfatizou a importância de mulheres e homens trabalharem juntos com pessoas de todas as fés para transformar sociedades e torná-las mais resilientes.

Anne Simmons-Benton apresentou em nome do W20 (Women 20), um grupo de engajamento oficial do G20. Ela delineou a missão do W20 de remover barreiras ao desenvolvimento liderado por mulheres e garantir um ambiente propício para as mulheres prosperarem. Simmons-Benton detalhou as cinco áreas prioritárias do W20 para o ano atual: empreendedorismo feminino, mulheres em STEM, economia do cuidado, combate à violência contra as mulheres e justiça climática.

Elcimar Dias Pereira do Instituto da Mulher Negra Geledés falou sobre os desafios enfrentados pelas mulheres negras no Brasil e a importância de abordar as desigualdades raciais e de gênero simultaneamente. Ela enfatizou a necessidade de abordagens interseccionais na formulação de políticas e esforços de construção comunitária.

Kathia Kozlowski compartilhou perspectivas da comunidade judaica no Brasil, discutindo o papel das mulheres na preservação das tradições culturais e religiosas enquanto também pressionam por maior igualdade e oportunidades de liderança dentro das instituições religiosas.

Rachel Tavernor da Aliança ACT destacou o papel fundamental dos atores baseados na fé no avanço da igualdade de gênero e na contribuição para a construção da paz e resiliência. Ela enfatizou a necessidade de abordar interpretações patriarcais de textos religiosos e transformar normas sociais para promover a justiça de gênero.

A sessão incluiu uma discussão em mesa redonda robusta onde os palestrantes compartilharam suas experiências e insights sobre a liderança das mulheres em vários contextos. Eles discutiram estratégias para superar barreiras à participação das mulheres e a importância de engajar homens como aliados na busca pela igualdade de gênero.

Conclusões

As principais conclusões e pontos de ação da sessão plenária incluíram:

- Reconhecer e amplificar as contribuições das mulheres na construção da paz e comunidades resilientes, particularmente dentro de contextos baseados na fé
- Advogar por maior representação de mulheres em posições de liderança em todos os setores, incluindo organizações multilaterais e instituições religiosas
- Promover abordagens interseccionais para abordar os desafios únicos enfrentados por mulheres de diversos backgrounds, incluindo minorias raciais e étnicas

- Reconceptualizar paz e segurança para incluir acesso a serviços sociais, educação e bem-estar comunitário
- Engajar homens como aliados na promoção da igualdade de gênero e transformação de normas patriarcais
- Aumentar financiamento e recursos dedicados a iniciativas de empoderamento das mulheres
- Abordar interpretações discriminatórias de textos religiosos e normas culturais que limitam a participação e liderança das mulheres
- Fomentar diálogo e colaboração entre atores baseados na fé e formuladores de políticas para avançar a igualdade de gênero
- Promover o empoderamento econômico das mulheres através de apoio ao empreendedorismo e acesso a mercados
- Priorizar a integração de gênero em todas as áreas de política, incluindo justiça climática e prevenção da violência
- Fortalecer mecanismos de responsabilização para leis e políticas de igualdade de gênero existentes
- Apoiar organizações e movimentos de mulheres de base trabalhando para construir paz e resiliência no nível comunitário

B2: Comunidades de Ascendência Africana:

Direitos de Grupo e Individuais

*A sessão foi moderada por **Quezia Barreto**, Diretora de Comunicação e Publicidade da Associação Nacional de Juristas Islâmicos, e **Alexis Artaud-de-la-Ferriere**, Professor da Universidade de Londres. Os palestrantes incluíram **Babalawô Ivanir dos Santos**, Professor, Universidade Federal do Rio de Janeiro; **Nicholas Miller**, Diretor do Instituto Internacional de Liberdade Religiosa; **Isabela Cristine Dario**, do Instituto para a Defesa dos Direitos das Religiões Afro-Brasileiras, e Presidente da Comissão de Liberdade Religiosa da Ordem dos Advogados, Seção Minas Gerais; e **Fernando de La Rocque Couto**, ICEFLU - Cêu do Planalto.*

Visão Geral

A sessão começou com breves introduções dos moderadores, que delinearão o propósito da discussão e sua relevância para a agenda mais ampla do G20. Eles enfatizaram a importância de abordar tanto os direitos de grupo quanto individuais no contexto de comunidades de ascendência africana, particularmente no Brasil. Os moderadores então convidaram cada painalista a apresentar uma breve declaração introdutória de aproximadamente 5 minutos.

Babalawô Ivanir dos Santos começou fornecendo contexto histórico para os desafios enfrentados pelas comunidades afro-brasileiras, enfatizando os problemas de longa data de racismo e intolerância religiosa. Ele destacou a importância de reconhecer e proteger práticas religiosas tradicionais de origem africana no Brasil.

Nicholas Miller seguiu, discutindo a evolução do foco da sessão desde reuniões anteriores. Ele enfatizou a necessidade de ampliar a conversa além de apenas povos indígenas para incluir comunidades afro-brasileiras e outros grupos tradicionais. Miller também enfatizou a importância de equilibrar direitos coletivos com liberdades individuais, particularmente no contexto da liberdade religiosa.

Isabela Cristine Dario falou sobre os desafios legais enfrentados por comunidades religiosas afro-brasileiras e o trabalho sendo feito para proteger seus direitos. Ela enfatizou a intersecção da discriminação racial e religiosa e a necessidade de estruturas legais abrangentes para abordar essas questões.

Fernando de La Rocque Couto forneceu insights sobre as práticas espirituais e culturais das comunidades afro-brasileiras, destacando a importância de preservar essas tradições enquanto também permite escolha e autonomia individual.

Após as apresentações iniciais, os moderadores abriram espaço para uma discussão em mesa redonda. Isso permitiu que os painelistas se engajassem com as ideias uns dos outros e aprofundassem questões específicas.

Tópicos

Tópicos-chave que emergiram durante esta discussão incluíram:

1. A tensão entre autonomia de grupo e direitos individuais dentro de comunidades tradicionais
2. Os desafios de definir e proteger a liberdade religiosa para práticas espirituais não-ocidentais
3. O impacto do racismo histórico e colonialismo nas estruturas legais e sociais atuais
4. O papel da educação no combate à intolerância religiosa e promoção da compreensão cultural

Minuta de Política

A sessão também incluiu uma apresentação de um documento de política preliminar que havia sido desenvolvido em reuniões anteriores. Alexis Artaud-de-la-Ferriere explicou que este documento visava fornecer diretrizes para proteger os direitos dos povos indígenas e tradicionais, incluindo comunidades afro-brasileiras. Os painelistas e membros da audiência foram convidados a fornecer feedback e sugestões para melhorar o documento.

Uma citação notável veio de Isabela Cristine Dario, que enfatizou a importância de reconhecer os desafios únicos enfrentados pelas comunidades afro-brasileiras:

"Precisamos entender que o racismo vivenciado pelas comunidades afro-brasileiras não é apenas sobre cor da pele, mas também sobre a criminalização e estigmatização de suas práticas religiosas e culturais. Nossas estruturas legais devem abordar essa interseccionalidade para realmente proteger os direitos dessas comunidades."

Conclusões

Principais conclusões e pontos de ação da sessão incluíram:

- Reconhecer a necessidade de ampliar o escopo das discussões sobre direitos de povos indígenas e tradicionais para incluir explicitamente comunidades afro-brasileiras
- Abordar a tensão entre direitos coletivos e liberdades individuais dentro de comunidades tradicionais
- Desenvolver definições mais inclusivas de religião e espiritualidade que possam acomodar sistemas de crenças não-ocidentais
- Fortalecer estruturas legais para proteger contra discriminação tanto racial quanto religiosa
- Promover educação e compreensão cultural para combater intolerância religiosa
- Continuar refinando o documento de política preliminar para garantir que ele aborde adequadamente as necessidades de todas as comunidades relevantes
- Engajar-se em diálogo contínuo com representantes de diversas comunidades para informar o desenvolvimento de políticas
- Explorar o conceito de "religião material" como uma estrutura potencial para entender e proteger práticas espirituais tradicionais
- Abordar o contexto histórico de racismo e colonialismo no desenvolvimento de políticas para inclusão equitativa
- Considerar as implicações globais dessas discussões, reconhecendo que desafios similares existem em muitos países

B3: Dignidade Infantil no Mundo Digital

*A sessão foi moderada por **Mustafa Y. Ali**, Secretário Geral da Arigatou International - Quênia, e contou com um painel distinto de palestrantes incluindo **Rabina Diana Gerson**, Vice-Presidente Associada do Conselho de Rabinos de Nova York, Conselheira Sênior, Aliança Interfê por Comunidades Mais Seguras; **Sheikh Ibrahim Lethome**, Secretário Geral, Centro para Resolução Sustentável de Conflitos (CSCR); **Rev. Wellington Pereira Silva**, Diretor de Relações Institucionais, Visão Mundial Brasil; e **John Dye**, Diretor Executivo da Skylight. A sessão visou explorar os impactos das ameaças online para crianças, destacar a importância da educação e empoderamento familiar, e identificar passos acionáveis para comunidades religiosas protegerem a dignidade das crianças no mundo digital.*

Visão Geral

A sessão começou com Mustafa Y. Ali introduzindo o tópico e enfatizando a importância de abordar a segurança infantil no reino digital. Ele destacou como os avanços tecnológicos, embora benéficos, também representam riscos significativos para as crianças, incluindo cyberbullying, exploração sexual online e abuso.

A Rabina Diana Gerson abriu a discussão compartilhando estatísticas sóbrias sobre o acesso de crianças a dispositivos digitais. Ela observou que dar às crianças acesso irrestrito à internet é semelhante a "dar ao mundo acesso a nossas crianças". Gerson enfatizou a necessidade de envolvimento e educação dos pais para garantir a segurança das crianças online.

Sheikh Ibrahim Lethome seguiu, enfatizando o papel da religião em guiar o uso de tecnologia pelas crianças. Ele afirmou: "A religião deve nos ajudar a entender o mundo em que estamos vivendo hoje e como lidar com os desafios de hoje." Lethome defendeu uma abordagem equilibrada, reconhecendo tanto os benefícios quanto os riscos da tecnologia digital.

Rev. Wellington Pereira Silva falou sobre a importância do engajamento dos pais e a necessidade de líderes religiosos abordarem questões de segurança digital dentro de suas comunidades. Ele destacou a lacuna entre o conhecimento tecnológico dos pais e a alfabetização digital de seus filhos, pedindo mais educação e apoio para os pais.

John Dye, representando a Skylight, compartilhou estatísticas alarmantes sobre problemas de saúde mental entre jovens adultos, ligando muitos desses problemas ao uso excessivo de dispositivos digitais. Ele enfatizou a necessidade de uma conexão espiritual para abordar esses desafios, afirmando:

"Acreditamos que se você quer ter uma vida plena e satisfatória, Deus tem que ser uma constante nessa equação matemática da vida. E se Deus está ausente, a equação não se equilibra."

A sessão então se abriu para perguntas e comentários da audiência. Participantes levantaram preocupações sobre o impacto da pobreza na capacidade dos pais de monitorar as atividades online de seus filhos, o papel dos governos na promoção da educação religiosa como um contrapeso aos riscos digitais, e conselhos práticos para pais de crianças pequenas.

Em resposta a essas perguntas, os painelistas enfatizaram a necessidade de envolvimento comunitário na proteção infantil. A Rabina Gerson afirmou:

"Precisamos garantir que estamos empoderando as pessoas, não as assustando. Mas na verdade temos que mostrar a elas como usá-la de uma maneira que realmente melhore a dignidade de alguém."

Os painelistas concordaram sobre a importância de liderar pelo exemplo, com Sheikh Lethome encorajando os pais a modelar comportamento digital responsável para seus filhos. Eles também enfatizaram a necessidade de cooperação interfé em abordar esses desafios, já que o mundo digital afeta as crianças independentemente de seu background religioso.

Conclusões

Principais conclusões e pontos de ação da sessão incluem:

- Desenvolver currículos abrangentes de segurança online tanto para crianças quanto para adultos
- Estabelecer forças-tarefa ou comitês dentro de comunidades religiosas para abordar segurança digital
- Encorajar os pais a se engajarem com as atividades online de seus filhos e modelar comportamento digital responsável
- Promover colaboração interfé para criar uma frente unida contra ameaças online para crianças
- Advogar pela inclusão de educação religiosa nas escolas como um meio de combater riscos digitais
- Criar ambientes de apoio e programas após a escola para garantir que as crianças tenham espaços seguros longe do acesso irrestrito à internet
- Alavancar a tecnologia positivamente para melhorar conexões espirituais e bem-estar mental
- Encorajar diálogo aberto sobre experiências online entre pais e filhos
- Advogar por políticas governamentais que protejam a dignidade das crianças no mundo digital
- Reconhecer que proteger as crianças online é uma responsabilidade coletiva envolvendo pais, educadores, líderes religiosos e provedores de tecnologia

B4: Pobreza e Desigualdade

*A sessão foi moderada por **Deepika Singh**, Secretária Geral Adjunta de Religiões pela Paz, e **Asher Maoz**, Deão Fundador e Chefe de Relações Internacionais do Centro Acadêmico Peres, Universidade de Tel Aviv. O painel contou com palestrantes incluindo **Fred Nyabera**, Diretor do End Child Poverty, Arigatou International; **Rev. Harold Segura**, Diretor de Fé e Desenvolvimento, Visão Mundial América Latina e Caribe, Benjamin Laniado, Fundador da CADENA; e **Francisco Hernández**, Diretor, Conselho Episcopal Latino-americano e Caribenho (CELAM). A sessão visou explorar abordagens religiosas para a pobreza e desigualdade, destacar as experiências do Brasil, e discutir definições e soluções contestadas.*

Visão Geral

A sessão começou com Asher Maoz fornecendo uma estrutura teológica para abordar a pobreza, citando passagens bíblicas e ensinamentos rabínicos. Ele enfatizou que, embora Deus tenha criado um mundo imperfeito, os humanos têm a responsabilidade de melhorá-lo. Maoz destacou o conceito judaico de tzedakah (doação justa), observando que não é mera caridade, mas uma obrigação religiosa.

Deepika Singh então introduziu o foco da sessão, lembrando aos participantes que mais de 700 milhões de pessoas ainda vivem em extrema pobreza em todo o mundo. Ela enfatizou a necessidade de estratégias abrangentes envolvendo comunidades religiosas, instituições e organizações baseadas na fé trabalhando ao lado de outros setores da sociedade.

Fred Nyabera da Arigatou International focou na pobreza infantil, enfatizando que a desigualdade é um motor crítico da pobreza afetando crianças. Ele argumentou por uma definição mais ampla de pobreza além de medidas monetárias, considerando aspectos multidimensionais como acesso à educação, saúde e inclusão social. Nyabera afirmou:

"A pobreza infantil é mais do que uma questão econômica. É uma crise moral que mina o bem-estar de toda a sociedade." Ele enfatizou a importância de abordar tanto as necessidades imediatas quanto as questões estruturais de longo prazo para combater efetivamente a pobreza infantil.

Rev. Harold Segura discutiu as dimensões morais e espirituais da pobreza e desigualdade. Ele apresentou estatísticas sobre insegurança alimentar entre crianças migrantes e afrodescendentes na América Latina, argumentando que esses números contradizem os ensinamentos centrais de todas as fés enfatizando justiça e compaixão. Segura pediu colaboração entre comunidades religiosas para abordar a pobreza e desigualdade através de medidas econômicas e promovendo justiça e dignidade

Benjamin Laniado compartilhou sua experiência fundando a CADENA, uma ONG que fornece resposta humanitária em desastres em todo o mundo. Ele enfatizou o poder da fé em inspirar jovens a ajudar os necessitados. No entanto, Laniado reconheceu as limitações das ONGs em resolver problemas estruturais, afirmando que elas não podiam resolver os problemas estruturais dos países.

Francisco Hernández enfatizou a necessidade de ação coletiva para transicionar de condições menos humanas para mais humanas. Ele pediu a inclusão de povos indígenas, afrodescendentes e os pobres como vozes centrais no diálogo social. Hernández defendeu práticas de comércio justas e sustentáveis, protegendo direitos trabalhistas e proibindo trabalho forçado e infantil.

Painelistas e membros da audiência compartilharam vários exemplos de iniciativas baseadas na fé abordando a pobreza:

1. Os programas do governo indonésio de coleta e distribuição de zakat (esmolas islâmicas), incluindo o desenvolvimento de "Vilas Zakat" para ajudar comunidades pobres a se tornarem autossuficientes.
2. A prática da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias de jejum mensal e doação do custo das refeições puladas para ajudar os necessitados, que arrecadou \$1,36 bilhão no último ano.
3. Programas de empoderamento legal para os pobres, como fornecer certidões de nascimento para crianças no Sri Lanka e nas Filipinas para garantir acesso à educação e serviços de saúde.

4. Programas de treinamento para pessoas vivendo com HIV na Etiópia, permitindo que elas se engajem em atividades geradoras de renda e recuperem sua dignidade.
5. A promoção do Conselho Mundial de Igrejas de uma "economia da vida" e a campanha do "Imposto Zaqueu", inspirada em princípios bíblicos de justiça econômica.

Os painelistas enfatizaram a necessidade de uma abordagem multifacetada para abordar a pobreza e desigualdade, combinando assistência imediata com esforços para mudar questões estruturais. Eles enfatizaram a importância da colaboração interfé, advocacia por mudanças políticas e parcerias entre organizações religiosas, governos e sociedade civil.

Conclusões

Principais conclusões e pontos de ação da sessão incluem:

- Reconhecer a pobreza como uma questão multidimensional que vai além de medidas de renda
- Abordar tanto as necessidades imediatas quanto as causas estruturais de longo prazo da pobreza e desigualdade
- Promover colaboração interfé para criar uma frente unida contra a pobreza
- Engajar-se em advocacia para influenciar políticas governamentais e mudanças estruturais
- Desenvolver e apoiar iniciativas baseadas na comunidade que empoderem os pobres
- Enfatizar a restauração da dignidade humana junto com assistência material
- Encorajar comunidades religiosas a cumprir suas obrigações morais e espirituais de ajudar os necessitados
- Fomentar parcerias entre organizações baseadas na fé, governos e sociedade civil
- Promover práticas econômicas justas e sustentáveis que protejam direitos trabalhistas e proíbam exploração
- Incluir vozes marginalizadas, como povos indígenas e afrodescendentes, em processos de tomada de decisão
- Alavancar a autoridade moral e o alcance comunitário de instituições religiosas para mobilizar recursos e voluntários

B5: Apoio à Saúde Mental e Psicossocial Sensível à Fé para Populações Deslocadas e Pessoas em Movimento

*A sessão foi moderada por **Andrea Kaufmann**, Diretora de Fé & Engajamento Externo na Visão Mundial Internacional, e **Flávia Cristina Silveira Lemos**, Professora na Universidade Federal do Pará. Os palestrantes incluíram **Dr. Mohammad Abo-Hilal**, Consultor de SMAPS no Syria Bright Future; **Dra. Kathleen Rutledge**, Universidade Queen Margaret (via vídeo); **Nelson Arns Neumann**, Conselho de Administração da Pastoral da Criança Internacional; e **Rachel Miner**, Fundadora e CEO da Bellwether International. A sessão visou identificar barreiras impedindo o acesso a apoio de saúde mental sensível à fé e culturalmente sensível para crianças deslocadas e propor passos para doadores, governos e agências implementadoras defenderem os direitos dessas crianças a tal cuidado.*

Visão Geral

Andrea Kaufmann abriu a sessão destacando a escala da questão: globalmente, mais de 70 milhões de crianças estão deslocadas devido a guerra, conflito, mudanças climáticas e migração econômica. Essas crianças enfrentam maior exposição à violência, perseguição e pobreza, levando a taxas mais altas de estresse e desafios emocionais. Kaufmann enfatizou que o atual sistema global de saúde mental e apoio psicossocial (SMAPS) está mal equipado para responder às necessidades dessas crianças, particularmente aquelas em movimento que lutam para acessar sistemas formais.

A Dra. Kathleen Rutledge, em um vídeo pré-gravado, forneceu contexto sobre SMAPS sensível à fé. Ela explicou que essa abordagem envolve adaptar atividades padronizadas às prioridades de fé e culturais dos indivíduos. Rutledge enfatizou que SMAPS sensível à fé não é apenas um direito humano consagrado em várias convenções internacionais, mas também uma necessidade prática, dado que 80% da população mundial tem alguma forma de afiliação religiosa.

O Dr. Mohammad Abo-Hilal compartilhou suas experiências como psiquiatra sírio trabalhando com populações deslocadas. Ele destacou os desafios de implementar abordagens sensíveis à fé em ambientes humanitários, observando como frequentemente não é permitido que a fé seja abordada por provedores de saúde mental.

Abo-Hilal enfatizou a necessidade de uma mudança de paradigma no trabalho humanitário, pedindo mais mecanismos de financiamento local e maior respeito por componentes culturais e de fé em intervenções de SMAPS.

Rachel Miner apresentou o trabalho da Bellwether International com a comunidade Yazidi no Iraque, demonstrando uma implementação bem-sucedida de SMAPS sensível à fé. Ela compartilhou resultados impressionantes de seu programa:

"100% das mulheres que participaram de nosso programa relatam melhores resultados de Saúde Mental. Nós pilotamos nosso programa sensível à fé com 300 mulheres Yazidi, mulheres Yazidi ajudando mulheres Yazidi."

Miner enfatizou a importância de abordagens lideradas pela comunidade e a necessidade de construir confiança ao longo do tempo para impacto sustentável.

Nelson Arns Neumann discutiu os desafios enfrentados por imigrantes venezuelanos no Brasil, destacando a importância de integrar elementos de fé e culturais em intervenções de SMAPS. Ele enfatizou a necessidade de uma abordagem holística que considere não apenas saúde mental, mas também saúde física, educação e integração social.

Pontos de Ação

Os painelistas concordaram em vários pontos de ação-chave:

1. Advogar por aumento de financiamento e apoio para iniciativas de SMAPS sensíveis à fé lideradas localmente.
2. Encorajar colaboração entre organizações baseadas na fé, profissionais de saúde mental e agências humanitárias.

3. Promover a integração de SMAPS sensível à fé em sistemas educacionais e comunitários existentes.
4. Apoiar pesquisa e coleta de evidências sobre a eficácia de abordagens de SMAPS sensíveis à fé.
5. Trabalhar para descolonizar práticas de saúde mental e garantir relevância cultural em intervenções de SMAPS.

Rachel Miner enfatizou a importância da construção de confiança na implementação de abordagens sensíveis à fé:

"O maior desafio é a confiança. Se você vai trabalhar em nível comunitário, as pessoas não vão confiar em você inicialmente. Elas não vão confiar em sua programação, especialmente no Oriente Médio... Vai levar mais tempo para estabelecer uma abordagem sensível à fé. Vai exigir mais energia emocional para ganhar a confiança desta comunidade. Mas vai durar mais. E é sustentável porque uma vez que você tem confiança e uma vez que você tem um programa baseado em evidências, ele funciona para sempre."

B6: Financiamento Climático no Fórum Inter-religioso do G20

*A sessão foi moderada por **Eric LeCompte**, Diretor Executivo da Rede Jubileu USA. Os painelistas incluíram **Ven. Sadhvi Bhagawati Saraswati**, Secretária Geral da Aliança Global Interfé WASH; **Cristina Reis**, Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Ministério da Economia do Brasil; **Aharon Ariel Lavi**, O Centro Interfé Ohr Torah e o Instituto Blickle para Diálogo Interfé; **Carrick Reddin**, Gerente da Iniciativa Fé e Sustentabilidade no Instituto de Recursos Mundiais (WRI); e **Katherine Marshall**, Vice-Presidente do Fórum Inter-religioso do G20, Diretora Executiva do Diálogo Mundial de Fé para o Desenvolvimento. A sessão visou situar os desafios de financiar medidas de adaptação e mitigação no contexto global e explorar as contribuições da mobilização de recursos baseada na fé e medidas de responsabilização.*

Visão Geral

Eric LeCompte abriu a sessão enfatizando a natureza crítica do financiamento climático na agenda do G20. Ele destacou o conceito de dívida climática, onde o Norte Global deve uma dívida ao Sul Global por degradação ambiental causada pela extração de recursos. LeCompte enfatizou a importância de definir claramente o financiamento climático para garantir que a ajuda para impactos da mudança climática não crie mais dívida para países receptores.

Aharon Ariel Lavi começou a discussão do painel destacando a complexidade das questões de financiamento climático. Ele usou o exemplo de taxar voos internacionais para ilustrar consequências não intencionais potenciais, como impactar negativamente economias dependentes do turismo no Sul Global. Lavi enfatizou a necessidade de abordagens holísticas que considerem efeitos de segunda e terceira ordem das decisões de financiamento climático.

Ven. Sadhvi Bhagawati Saraswati trouxe uma perspectiva espiritual para a discussão, enfatizando que o papel da fé e religião é aproveitar vozes morais e proféticas para guiar ações no financiamento climático. Ela afirmou que muitos países podem investir dinheiro em segurança e proteger suas fronteiras, mas se seu povo está morrendo dentro dessas fronteiras devido a questões climáticas, não há sentido.

Saraswati enfatizou a necessidade de redefinir riqueza para incluir água limpa, ar e solo, não apenas ativos monetários.

Carrick Reddin apresentou pesquisas do Instituto de Recursos Mundiais, destacando a necessidade premente de financiamento climático ser tanto adequado quanto eficaz. Ele apontou disparidades significativas de gênero na alocação de financiamento climático e uma crise de responsabilização. Reddin enfatizou o papel potencial das organizações baseadas na fé em abordar esses desafios, afirmando:

"As comunidades de fé de fato estão singularmente posicionadas para advogar por financiamento climático mais equitativo e responsável, garantindo que esses recursos sejam usados para proteger tanto o meio ambiente quanto comunidades vulneráveis."

Katherine Marshall delineou quatro áreas onde comunidades religiosas podem contribuir para o financiamento climático: (1) advocacia, (2) modelagem de boas práticas, (3) garantia de responsabilização e (4) mobilização de recursos. Ela destacou a tensão entre financiamento climático e financiamento para desenvolvimento, observando que o aumento de financiamento para iniciativas climáticas pode estar retirando de outros programas cruciais de desenvolvimento.

Cristina Reis, falando em português, compartilhou a perspectiva do Brasil sobre financiamento climático como atual presidente do G20. Ela enfatizou a importância de abordar desigualdades na distribuição do financiamento climático e destacou a iniciativa de bioeconomia do Brasil como um exemplo de desenvolvimento sustentável que beneficia tanto o meio ambiente quanto comunidades locais.

Katherine Marshall observou o desafio de equilibrar perspectivas globais e locais:

"A plataforma do G20 é sobre emergências, e é sobre ação em nível global. Isso é para o melhor ou pior. Os líderes globais provavelmente não estarão interessados em seu projeto do Nilo em Uganda por si só. Eles estão buscando escala e estão buscando impacto."

Carrick Reddin enfatizou a necessidade de devolução no financiamento climático:

"Também podemos querer considerar mais oportunidades de devolução para que estejamos empoderando governos locais, organizações da sociedade civil, particularmente organizações lideradas por mulheres e outras organizações de base para gerenciar e alocar financiamento climático de maneiras que respondam a necessidades e prioridades locais."

Conclusões

As principais conclusões da sessão incluíram:

1. A necessidade de uma definição clara de financiamento climático que não crie dívida adicional para países em desenvolvimento
2. A importância de considerar consequências não intencionais e efeitos de segunda ordem das decisões de financiamento climático
3. O potencial para comunidades religiosas desempenharem um papel significativo na advocacia, responsabilização e mobilização de recursos para financiamento climático

4. A necessidade de equilibrar ação global com soluções locais e práticas
5. O valor de incorporar conhecimento indígena e empoderar comunidades locais na alocação de financiamento climático
6. A necessidade de abordar desigualdades interseccionais na distribuição do financiamento climático
7. A potencial tensão entre financiamento climático e outras prioridades de desenvolvimento

Plenária 3: Bem-estar Holístico em um Mundo em Turbulência: Mudando de uma Visão de Mundo Linear para Cíclica e Desenvolvendo Paradigmas Alternativos para Medir Desenvolvimento e Prosperidade.

*O Fórum Inter-religioso do G20 em Brasília, Brasil sediou uma sessão plenária sobre bem-estar holístico e paradigmas alternativos para medir desenvolvimento e prosperidade. A sessão foi moderada por **Khushwant Singh**, Chefe de Secretariado da Parceria Internacional sobre Religião e Desenvolvimento Sustentável (PaRD). Os painelistas incluíram **Mindahi Crescencio Bastida Muñoz**, Chefe do Grande Conselho da Águia e do Condor; **Venerável Monge Napan Santibhaddo Thawornbanjob**, Chefe do Instituto de Gestão Budista para Felicidade e Paz; e **Dilmohan Singh**, do Conselho Sikh e Ensinamentos Sikhs (participando virtualmente).*

*A sessão começou com um discurso de abertura de **Marina Silva**, Ministra do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil.*

Visão Geral

Khushwant Singh abriu a sessão destacando o atual estado de turbulência do mundo, citando estatísticas sobre desigualdade de riqueza, pobreza, conflitos armados e crises de refugiados. Ele enfatizou a necessidade de conceitos alternativos, holísticos de desenvolvimento e prosperidade extraídos de tradições indígenas, espirituais e religiosas.

A **Ministra Marina Silva** proferiu um poderoso discurso de abertura (veja o apêndice para seu texto completo), enfatizando a necessidade de uma mudança de paradigma em como abordamos o desenvolvimento e questões ambientais. Ela enfatizou a importância de mudar de um modelo de exploração para um de cooperação com a natureza, destacando os esforços do Brasil para proteger a Amazônia e promover o desenvolvimento sustentável.

Mindahi Crescencio Bastida Muñoz falou sobre perspectivas indígenas sobre bem-estar e circularidade. Ele enfatizou que o conceito de "bem-estar" como atualmente entendido é frequentemente baseado na dominação e extração da natureza. Ele defendeu um "paradigma de boa vida" baseado na responsabilidade e reciprocidade com a natureza. Ele enfatizou a importância de se afastar do pensamento linear, baseado em acumulação, em direção a uma relação mais circular e recíproca com a Terra.

O Venerável Monge Napan Santibhaddo Thawornbanjob discutiu a perspectiva budista sobre bem-estar e circularidade. Ele enfatizou a interconexão de todas as coisas e a importância da paz interior e contentamento. O monge afirmou:

"No budismo, quando falamos de bem-estar, não é apenas nossa saúde, é sobre a saúde do planeta também, ambiental."

Ele defendeu uma mudança de perspectiva que se concentre em reduzir obstáculos à felicidade em vez de constantemente buscar ganhos externos.

Dilmohan Singh, falando virtualmente, discutiu a perspectiva Sikh sobre bem-estar e espiritualidade. Ele enfatizou a importância da maturidade espiritual e serviço altruísta, afirmando:

"O bem-estar para todos vem da maturidade espiritual, da voz interior e da orientação. Isso nos motiva a sair como um serviço altruísta também."

Singh destacou a necessidade de equilibrar buscas espirituais e materiais e a importância de respeitar toda a criação.

A discussão então se voltou para medidas alternativas de desenvolvimento e prosperidade, com os painelistas discutindo o conceito de Felicidade Nacional Bruta (FNB) como desenvolvido no Butão. Eles exploraram a possibilidade de adaptar tais medidas holísticas em escala global, considerando desafios como diversidade cultural e vontade política.

Recomendações

Pontos-chave e recomendações que emergiram da sessão incluíram:

1. A necessidade de mudar de modelos econômicos lineares, centrados no crescimento para abordagens circulares e holísticas que considerem o bem-estar da natureza, humanos e animais.
2. A importância de incorporar sabedoria indígena e espiritual na formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento.
3. O potencial de medidas alternativas de prosperidade, como a Felicidade Nacional Bruta, para fornecer uma compreensão mais abrangente do bem-estar social.
4. A necessidade de sistemas educacionais promoverem pensamento circular e bem-estar holístico desde cedo.
5. A importância de abordar as causas raiz de questões sociais, incluindo os aspectos espirituais e psicológicos do bem-estar humano.
6. O chamado por políticas que protejam a diversidade biocultural e promovam responsabilidade para com todas as formas de vida.
7. O reconhecimento de que soluções tecnológicas sozinhas não podem resolver os problemas do mundo sem uma mudança correspondente na consciência e comportamento.

Plenária 4: Desafios de Sustentabilidade e Paz:

Para Pessoas e Planeta

*O Fórum Inter-religioso do G20 em Brasília, Brasil sediou uma sessão plenária crítica sobre os desafios de sustentabilidade e paz para pessoas e o planeta. A sessão foi moderada por **Mohamed Elsanousi**, da Rede de Religiosos e Pacificadores Tradicionais. Os painelistas incluíram **Élder Ulysses Soares**, Apóstolo, A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias; **Palwasha Lena Kakar**, Diretora de Religião e Sociedades Inclusivas, Instituto dos Estados Unidos para a Paz (USIP); **Rabino Abraham Skorka**, Pesquisador Sênior de Estudos Judaicos e Relações Judaico-Católicas, Universidade Georgetown; **Esben Lunde Larsen**, Especialista Sênior, Banco Mundial, ex-Ministro do Meio Ambiente, Agricultura e Alimentação, Dinamarca; e **Carlos Vicente**, Facilitador Nacional, Iniciativa Inter-religiosa pela Floresta Amazônica Brasil. A sessão começou com observações introdutórias de **Mary Robinson**, Presidente dos Anciãos e ex-Presidente da Irlanda, e concluiu com uma mensagem em vídeo do **S.E. Metropolita Emmanuel**, Metropolita Ancião de Calcedônia.*

Abertura

Mary Robinson abriu a sessão enfatizando a necessidade de "fazer as pazes com a natureza", compartilhando uma experiência pessoal de uma expedição científica à Groenlândia onde ela testemunhou o rápido derretimento das geleiras. Ela enfatizou a importância de entender nossa interconexão com a natureza e o papel das comunidades de fé em abordar os desafios climáticos.

Visão Geral

O Élder Ulysses Soares enfatizou a importância dos valores espirituais em abordar desafios globais. Ele afirmou:

"Precisamos recuperar a dignidade coletiva como espécie. E essa dignidade coletiva tem a ver com como nos comportamos na vida diária, mas também como honramos nossos ancestrais e honramos o futuro."

Soares destacou os esforços da Igreja em fornecer soluções sustentáveis para comunidades em todo o mundo, incluindo projetos de segurança hídrica e alimentar na África.

Palwasha Lena Kakar apresentou estatísticas sobre conflitos relacionados às mudanças climáticas e escassez de recursos. Ela enfatizou a necessidade de processos de construção de paz inclusivos que envolvam atores religiosos, mulheres, jovens e comunidades indígenas. Kakar afirmou:

"Precisamos garantir que também estamos incluindo os povos indígenas em processos de paz. Quando falamos sobre atores religiosos no USIP e trabalhando não apenas com líderes religiosos, mas com atores religiosos na construção da paz, estamos falando sobre incluir os indígenas, estamos falando sobre incluir as mulheres."

O Rabino Abraham Skorka forneceu uma perspectiva histórica sobre a relação da humanidade com a natureza, baseando-se nas tradições judaica e cristã. Ele enfatizou a importância do diálogo inter-religioso

em abordar desafios ambientais e citou a encíclica Laudato Si' do Papa Francisco como um modelo para tal diálogo.

Esben Lunde Larsen compartilhou anedotas pessoais para ilustrar práticas de vida sustentável, incluindo o exemplo do estilo de vida de sua avó. Ele enfatizou a necessidade de ação individual e engajamento comunitário em abordar desafios de sustentabilidade. Larsen afirmou:

"O desafio de lidar com a sustentabilidade deve começar conosco no Norte global. Precisamos viver mais ativamente dentro dos limites planetários, e precisamos ter uma vida mais modesta."

Carlos Vicente, falando em português, destacou o trabalho da Iniciativa Inter-religiosa pela Floresta Amazônica no Brasil. Ele enfatizou a importância de preservar o conhecimento e práticas indígenas nos esforços de conservação ambiental. Vicente enfatizou a necessidade de colaboração entre comunidades religiosas, governo e sociedade civil em abordar desafios ambientais.

S.E. Metropolitana Emmanuel, em uma mensagem em vídeo, enfatizou a obrigação espiritual de mordomia ambiental e a interconexão de questões de justiça ambiental e social. Ele pediu uma resposta coordenada às mudanças climáticas que envolva líderes religiosos, comunidades indígenas e parcerias globais.

Recomendações

Temas-chave e recomendações que emergiram da sessão incluíram:

1. A necessidade de uma mudança de paradigma em como abordamos o desenvolvimento e questões ambientais, passando da exploração para a cooperação com a natureza.
2. A importância de incluir vozes diversas, particularmente aquelas de comunidades indígenas, mulheres e jovens, nos esforços de construção de paz e sustentabilidade.
3. O papel do diálogo e colaboração inter-religiosos em abordar desafios globais relacionados à paz e sustentabilidade.
4. A necessidade de ação individual e engajamento comunitário na promoção de estilos de vida sustentáveis.
5. A importância de preservar e aprender com o conhecimento e práticas indígenas na conservação ambiental.
6. A interconexão de questões ambientais com justiça social, paz e direitos humanos.
7. O potencial para comunidades religiosas mobilizarem recursos e influenciarem decisões políticas relacionadas à sustentabilidade e paz.

C1: Religião, Civilidade e Cura da Polarização.

*A sessão foi moderada por **Juan G. Navarro Floria**, Vice-Presidente do Conselho Argentino para Liberdade Religiosa, e **Irenilda Aparecida Maria Francisco (Iya Gilda)**, Coordenadora Geral de Liberdade Religiosa do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania do Brasil. Os painelistas incluíram **Élder Ahmad Corbitt**, Setenta, A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, **Ramin Mammadov**, Presidente, Comitê Estatal do Azerbaijão para Assuntos com Associações Religiosas, **Mejindarpal Kaur**, Diretora Jurídica, United Sikhs Reino Unido, Malásia e Índia, **Luka David Mosoma**, [Ex] Presidente da Comissão de Direitos CRL da África do Sul, **Rev. Juan Cruz**, Presidente, Aliança Evangélica Latina, e **Daniela Chavez**, Diretora de Culto, Escritório de Assuntos Religiosos do Governo de Salta, Argentina, Bolsista KAICIID.*

Visão Geral

Pontos-chave da discussão incluíram:

1. A necessidade de abordar o discurso de ódio e intolerância religiosa tanto em níveis locais quanto políticos.
2. A importância da alfabetização e compreensão religiosa para fomentar respeito e cooperação entre diferentes comunidades de fé.
3. O papel da educação, especialmente educação infantil, em promover tolerância e respeito pela diversidade.
4. O potencial do diálogo e colaboração inter-religiosos para curar divisões sociais e promover a paz.
5. A responsabilidade dos líderes religiosos de falar contra a intolerância e promover unidade dentro de suas comunidades.
6. A importância de equilibrar liberdade de expressão com proteção contra discurso de ódio e discriminação.
7. A necessidade de governos trabalharem com comunidades religiosas em desenvolver políticas que promovam coesão social.

O Élder Corbitt enfatizou a importância de focar em princípios divinos e respeitar o direito dos outros de adorar. Mammadov compartilhou a experiência do Azerbaijão em promover harmonia inter-religiosa. Kaur destacou os desafios de abordar o discurso de ódio enquanto protege a liberdade de expressão. Mosoma enfatizou a importância da formação de caráter e abordagem de questões sistêmicas de intolerância. Rev. Cruz pediu ações práticas para promover compreensão e compaixão entre diferentes grupos. Chavez enfatizou o papel dos governos locais em gerenciar a diversidade religiosa e promover políticas inclusivas.

A sessão concluiu com um chamado para que as comunidades religiosas assumam um papel de liderança na cura de divisões sociais, promoção de compreensão e trabalho colaborativo com governos e sociedade civil para abordar polarização e intolerância.

C2: Lições da Advocacia Religiosa sobre Meio Ambiente

*A sessão foi moderada por **James Taylor Christie**, Embaixador da Federação Multifé Canadense, e **Padre Marcus Barbosa**, Assessor da Comissão de Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Os palestrantes incluíram **Pastora Romi Márcia Bencke**; Secretária Geral, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil, **Arthur Lyon Dahl**; Presidente, Fórum Ambiental Internacional, **Sheikh Jihad Hassan Hammadeh**; Assessor Religioso, Associação Nacional de Juristas Islâmicos, **Sherrie Steiner**; Historiadora do IF20, Professora Associada, Universidade Purdue Fort Wayne, **Paulo Ricardo Sampaio de Sousa**, Instituto de Estudos da Religião no Rio de Janeiro, e **Dom Zanoni Demettino**, Arcebispo da Arquidiocese de Feira de Santana, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.*

Visão Geral

A sessão começou com James Taylor Christie fornecendo contexto sobre a importância da advocacia religiosa em abordar desafios ambientais. Ele referenciou a visão de Hans Küng e Martin Luther King Jr., enfatizando a necessidade de unidade, paz e comunidade entre nações e religiões.

O Padre Marcus Barbosa então apresentou a primeira palestrante, Pastora Romi Márcia Bencke, que discutiu o papel das igrejas cristãs no Brasil em abordar questões ambientais. Ela enfatizou a importância de conectar ensinamentos de fé com ações práticas para proteger o meio ambiente.

Arthur Lyon Dahl forneceu uma perspectiva histórica sobre o engajamento da comunidade Bahá'í com questões ambientais, remontando a 1912. Ele delineou várias iniciativas e declarações feitas pela comunidade Bahá'í ao longo das décadas, destacando a necessidade de colaboração inter-religiosa na advocacia ambiental.

Sheikh Jihad Hassan Hammadeh discutiu a perspectiva islâmica sobre mordomia ambiental, traçando paralelos entre os ensinamentos do Alcorão e a mensagem de Laudato Si. Ele enfatizou a importância do equilíbrio e moderação nas interações humanas com o meio ambiente.

Sherrie Steiner apresentou uma perspectiva sociológica sobre a evolução do engajamento religioso com estruturas de governança global, particularmente em relação a questões ambientais. Ela introduziu o conceito de "oposição leal" como uma forma das comunidades religiosas se engajarem criticamente, mas construtivamente com iniciativas de governança global.

Paulo Ricardo Sampaio de Sousa e Dom Zanoni Demettino forneceram insights do contexto brasileiro, discutindo o papel das comunidades religiosas em abordar desafios ambientais na região amazônica e além.

Conclusões

Principais conclusões e pontos de ação da sessão incluíram:

1. A necessidade de comunidades religiosas liderarem pelo exemplo na mordomia ambiental
2. A importância de traduzir ensinamentos religiosos em ações práticas para proteção ambiental

3. O potencial da colaboração inter-religiosa para fortalecer esforços de advocacia ambiental
4. O papel dos líderes religiosos em educar suas comunidades sobre questões ambientais
5. A necessidade de engajar jovens em iniciativas ambientais dentro de comunidades religiosas
6. A importância de conectar ações ambientais locais com esforços de advocacia global
7. O potencial das comunidades religiosas influenciarem a formulação de políticas sobre questões ambientais
8. A necessidade de diálogo contínuo entre comunidades religiosas e especialistas científicos sobre desafios ambientais
9. A importância de abordar questões de justiça ambiental dentro dos esforços de advocacia religiosa
10. O potencial da advocacia ambiental religiosa contribuir para uma transformação social e econômica mais ampla

C3: Mulheres e o Meio Ambiente

*A sessão foi moderada por **Carolina de Almeida Pereira**, Assessora Internacional do Geledés - Instituto da Mulher Negra. A sessão contou com um distinto painel de palestrantes, incluindo **Laura Vargas**, Facilitadora Nacional da Iniciativa Inter-religiosa pela Floresta Amazônica no Peru; **Deepika Singh**, Secretária Geral Adjunta de Religiões pela Paz; **Ven. Sadhvi Bhagawati Saraswati**, Secretária Geral da Aliança Global Interfé WASH; **Musimbi Kanyoro**, do Círculo de Mulheres Teólogas Africanas Preocupadas; **Monica Eghrari Maghami**, Advogada de Sustentabilidade e Tecnologia da UE e Brasileira, Fórum Ambiental Internacional; e **Dra. Husna Ahmad**, CEO da Global One 2015.*

Visão Geral

A sessão plenária começou com Carolina de Almeida Pereira introduzindo o tópico e os painelistas. Cada palestrante então apresentou suas perspectivas sobre a intersecção de mulheres, fé e advocacia ambiental. As discussões destacaram os papéis únicos que as mulheres desempenham na proteção ambiental, particularmente em comunidades indígenas, e os desafios que enfrentam em posições de liderança.

Deepika Singh começou discutindo a Iniciativa Inter-religiosa pela Floresta Amazônica (IRI) e seus esforços para engajar mulheres na conservação da floresta amazônica. Ela enfatizou a necessidade de maior inclusão de mulheres, especialmente mulheres indígenas, nos processos de tomada de decisão. Singh destacou dois artigos de pesquisa que exploraram papéis de gênero no trabalho ambiental baseado na fé, revelando tanto progresso quanto desafios persistentes.

Laura Vargas compartilhou histórias poderosas de líderes indígenas mulheres no Peru que lutaram com sucesso contra ameaças ambientais. Ela falou sobre mulheres como Amateur prima, que ganhou decisões históricas reconhecendo os direitos dos rios, e Ruth Buendia, que impediu o deslocamento de milhares devido a uma usina hidrelétrica.

Ven. Sadhvi Bhagawati Saraswati forneceu uma perspectiva espiritual, enfatizando a profunda conexão entre mulheres e natureza em várias tradições culturais e religiosas. Ela compartilhou exemplos de

movimentos ambientais liderados por mulheres, como o Movimento Chipko na Índia, onde mulheres literalmente abraçaram árvores para impedir o desmatamento.

Musimbi Kanyoro discutiu o conceito de liderança coletiva e sua importância em abordar desafios ambientais. Ela enfatizou a necessidade de transformação individual, resiliência comunitária e desempenho organizacional para alcançar justiça climática.

Monica Eghrari Maghami focou na importância de integrar ciência e espiritualidade nos esforços ambientais. Ela enfatizou a necessidade de novos marcos conceituais e metodologias que envolvam mulheres como protagonistas ativas no processo de desenvolvimento.

Dra. Husna Ahmad destacou o papel crucial da liderança jovem em abordar as mudanças climáticas. Ela discutiu iniciativas para preparar futuros líderes e a importância de reunir academia, indústria e projetos humanitários para focar nos papéis das mulheres na proteção ambiental.

A sessão incluiu um animado segmento de perguntas e respostas, onde membros da audiência levantaram questões sobre desafios ambientais específicos e o papel das mulheres em abordá-los. Um momento particularmente comovente ocorreu quando um membro da audiência do Quênia pediu conselhos sobre como combater uma proposta usina nuclear em sua comunidade.

A resposta de Laura Vargas a esta questão exemplificou a ênfase da sessão na perspectiva única das mulheres na advocacia ambiental:

"Dizemos que sem florestas não há vida. E esta afirmação é mais do que uma frase motivacional, expressa uma realidade muito grande. Porque hoje a vida do planeta está seriamente ameaçada por uma lógica predatória que só busca lucro rápido e fácil sem levar em conta o desastre ecológico e o impacto na vida de muitas pessoas e comunidades que vivem das florestas."

Outra citação poderosa veio de Sadhvi Bhagawati Saraswati, destacando a interconexão de mulheres e natureza:

"Há algo realmente inerente em nossas culturas internacionais e nossa compreensão internacional transcendendo religiões, transcendendo raças, transcendendo idiomas que tem essa conexão de mulheres e Terra."

Conclusões

Principais conclusões e pontos de ação da sessão incluíram:

- Aumentar a representação das mulheres nos processos de tomada de decisão ambiental em todos os níveis
- Fortalecer parcerias entre organizações baseadas na fé e grupos de mulheres em iniciativas ambientais
- Desenvolver e implementar políticas e programas ambientais sensíveis ao gênero
- Amplificar as vozes e experiências de mulheres indígenas em esforços de conservação
- Integrar abordagens espirituais e científicas para abordar desafios ambientais

- Investir em educação e capacitação para mulheres e meninas em liderança ambiental
- Criar plataformas para compartilhar histórias e conquistas de mulheres na proteção ambiental
- Abordar barreiras sociais e culturais que impedem a plena participação das mulheres em iniciativas ambientais
- Promover diálogo intergeracional e liderança jovem na advocacia ambiental
- Desenvolver um marco conceitual comum para ação ambiental inclusiva de gênero
- Encorajar homens a serem aliados na promoção da liderança feminina em causas ambientais
- Utilizar sistemas legais e tribunais para desafiar ações governamentais ambientalmente prejudiciais

C4: Ação Religiosa sobre Corrupção

*A sessão foi moderada por **Marianna Richardson**, Diretora de Comunicações do IF20 e contou com um distinto painel de palestrantes incluindo **Elias Szczytnicki**, Secretário Geral Regional de Religiões pela Paz - América Latina e Caribe; **Katherine Marshall**, Vice-Presidente do Fórum Inter-religioso do G20 e Diretora Executiva do Diálogo Mundial de Fés para o Desenvolvimento; **Rudolf von Sinner**, Professor de Teologia, Direitos Humanos e Políticas Públicas na PUCPR e membro do Conselho da Globethics; e **Denise A. O. Kodhe**, Oficial Presidente Emérita do AU ECOSOCC e Diretora Geral do Instituto para Desenvolvimento e Liderança na África (IDEA).*

Visão Geral

A sessão começou com Marianna Richardson introduzindo o tópico e os painelistas. Elias Szczytnicki abriu discutindo os desafios de abordar a corrupção na América Latina e Caribe. Ele destacou que as comunidades religiosas frequentemente não fazem contribuições significativas para denunciar a corrupção, citando razões como a prevalência da teologia da prosperidade, teologias tradicionais que veem problemas sociais como irrelevantes para comunidades de fé, e fatores culturais que normalizam a corrupção.

Katherine Marshall forneceu insights de sua carreira de 35 anos no Banco Mundial, traçando a evolução do pensamento sobre corrupção no trabalho de desenvolvimento. Ela destacou a crise financeira do Leste Asiático de 1997-99 como um ponto de virada na compreensão da natureza sistêmica da corrupção. Marshall também discutiu o sucesso da Transparência Internacional, mas observou sua tendência a focar em aspectos técnicos em vez de éticos dos esforços anticorrupção.

Rudolf von Sinner representou a Globethics, discutindo seu trabalho em educação ética e esforços para combater a corrupção dentro de comunidades religiosas. Ele apresentou pesquisas mostrando que sociedades mais religiosas tendem a ser mais corruptas, não devido à religião em si, mas por causa de fatores como menor responsabilização e confiança excessiva em líderes religiosos. Von Sinner enfatizou a necessidade de transparência e responsabilização em instituições religiosas.

Denise A. O. Kodhe forneceu uma perspectiva africana, descrevendo a corrupção como endêmica, desumana e a maior ameaça ao desenvolvimento e direitos humanos. Ela levantou questões críticas sobre o papel da religião em aprimorar ou combater a corrupção e ofereceu sugestões sobre como instituições religiosas podem assumir uma postura mais ativa contra práticas corruptas.

Um ponto-chave enfatizado por Dennis Kodhe foi a natureza crítica da corrupção na África:

"A corrupção reage, e eu gostaria de mencionar alguns efeitos da corrupção: retarda o desenvolvimento, afeta a vida das pessoas, afeta a autoridade moral das pessoas, nega às pessoas uma boa vida e sobrevivência pois afeta suas necessidades básicas, e a corrupção destrói pessoas e destrói a sociedade."

Conclusões

Principais conclusões e pontos de ação da sessão incluíram:

- Instituições religiosas precisam assumir um papel mais ativo em denunciar e combater a corrupção
- Há necessidade de maior transparência e responsabilização dentro das organizações religiosas
- Educação e sensibilização sobre corrupção devem começar desde a infância
- Líderes religiosos devem recusar recursos corruptos e barrar indivíduos corruptos de participar em atividades religiosas
- Há necessidade de mudar valores sociais e percepções sobre corrupção
- Instituições religiosas devem liderar pelo exemplo mantendo práticas éticas
- A colaboração entre organizações religiosas, sociedade civil e governo é crucial para combater a corrupção
- O impacto da corrupção em países em desenvolvimento, especialmente na África, é particularmente severo e requer ação urgente
- Líderes religiosos precisam recuperar autoridade moral para combater efetivamente a corrupção
- Há necessidade de estratégias práticas e acionáveis além de apenas condenar a corrupção

C5: Construção da Paz Comunitária Através da Educação sobre Liberdade Religiosa

*A sessão foi moderada por **Filip Pedersen**, CKU Center for Church Based Development & NORFORB Learning, e **Rafael Soares de Oliveira**, Secretário de Planejamento & Cooperação na Koinonia ACT Alliance. Os palestrantes incluíram **Rev. Fred Nyabera**, Diretor de End Child Poverty na Arigatou International; **Liliya Khasanova**, Diretora de A Common Word Among the Youth (ACWAY); **Katherine Cash**, Conselheira na SMC Faith in Development/FoRB Learning Platform (participando virtualmente); e **Graham McGeoch**, Coordenador de Relações Internacionais na Faculdade UNIDA, Brasil.*

Visão Geral

A sessão começou com Filip Pedersen introduzindo o tópico e explicando que este workshop seria mais interativo e dinâmico que as sessões anteriores, exigindo que os participantes pensassem e compartilhassem seus pensamentos.

Katherine Cash da FoRB Learning Platform fez uma apresentação virtual sobre a importância da educação sobre liberdade religiosa no nível comunitário. Ela introduziu o curso Local Changemakers, um conjunto de materiais baixáveis para realizar workshops sobre liberdade religiosa no nível local. Cash

ênfatiou a acessibilidade do curso e seu potencial de escalabilidade, destacando seu uso em vários países e contextos.

Rev. Fred Nyabera conduziu um exercício interativo chamado "A Sopa da Vida", demonstrando como conceitos de direitos humanos podem ser tornados mais relacionáveis e compreensíveis. Os participantes foram convidados a escolher cartões de necessidades humanas e alinhá-los com artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este exercício visou desmistificar os direitos humanos e mostrar sua relevância para a vida cotidiana.

Graham McGeoch compartilhou sua experiência implementando o curso Changemakers no Brasil durante o politicamente volátil ano eleitoral de 2022. Ele descreveu como adaptaram o curso para o contexto brasileiro, alcançando 14.000 pessoas em todos os estados do Brasil. McGeoch ênfatiou o impacto do curso:

"Conseguimos reunir mais de 500 exemplos documentados de intervenções dessas 14.000 pessoas em todo o Brasil com base na estrutura oferecida pela plataforma de aprendizagem FoRB."

Liliya Khasanova apresentou em nome de A Common Word Among the Youth (ACWAY), compartilhando sua abordagem para promover harmonia religiosa entre jovens. Ela descreveu os fóruns anuais da ACWAY que reúnem jovens líderes de todo o mundo para compartilhar melhores práticas em diálogo inter-religioso e engajamento comunitário.

Conclusões

Principais conclusões e pontos de ação da sessão incluíram:

- A importância de tornar a educação sobre liberdade religiosa acessível e relacionável aos contextos locais
- A eficácia de métodos de aprendizagem interativos e participativos na educação sobre liberdade religiosa
- A necessidade de engajar jovens no diálogo inter-religioso e esforços de construção da paz
- O potencial da educação sobre liberdade religiosa contribuir para a resiliência comunitária e coesão social
- O valor de compartilhar melhores práticas entre diferentes contextos culturais e religiosos
- A importância de adaptar materiais educacionais sobre liberdade religiosa para contextos nacionais e locais específicos
- A necessidade de investimento sustentado em educação sobre liberdade religiosa no nível comunitário
- O potencial da educação sobre liberdade religiosa para abordar e mitigar tensões sociais e políticas
- O papel das universidades e organizações da sociedade civil na promoção da educação sobre liberdade religiosa
- A importância de documentar e compartilhar o impacto de iniciativas de educação sobre liberdade religiosa

C6: Aproveitando Práticas Espirituais para Saúde Mental e Bem-estar em Contextos de Construção da Paz

*Esta sessão foi moderada por **Andres Martinez**, Assessor Técnico, Instituto dos Estados Unidos pela Paz (USIP).*

Visão Geral

Esta sessão foi organizada como um workshop voltado para o desenvolvimento de profissionais, construtores da paz e atores religiosos participando do Fórum Anual IF20 - PaRD. O principal objetivo da sessão era promover aprendizagem mútua identificando e compartilhando práticas religiosas e espirituais de várias tradições religiosas que têm sido tradicionalmente usadas para melhorar a saúde mental, abordar problemas de saúde mental e promover o bem-estar. Os participantes exploraram e discutiram práticas de bem-estar psicossocial dentro de uma variedade de tradições.

Conclusões

- As religiões devem promover saúde mental e bem-estar.
- As religiões devem compartilhar e identificar prontamente práticas espirituais que melhoram a saúde mental.
- Tais práticas devem ser usadas frequentemente para melhorar o bem-estar e trazer paz para a vida das pessoas.

Plenária 5: Não Deixando Ninguém Para Trás

*A sessão foi moderada por **Bani Dugal**, Representante Principal nas Nações Unidas da Comunidade Internacional Bahá'í. Os palestrantes incluíram **Bruno Renato Nascimento Teixeira**, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania do Brasil; **Sharon Eubank**, Diretora de Serviços Humanitários de A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias; **Kevin Hyland OBE**, Diretor de Estratégia do Grupo Santa Marta; **Nelson Arns Neumann**, Diretor da Pastoral da Criança Internacional; **Mustafa Y. Ali**, Diretor da Arigatou International-Quênia; **Isabela de Oliveira Mazao**, Oficial Assistente de Proteção, ACNUR Brasil; e **Ebrahim Rasool**, Fundador da Fundação World for All na África do Sul.*

Visão Geral

A sessão começou com Bani Dugal introduzindo o tópico e enfatizando a importância de ir além da retórica para ações concretas no cuidado de populações vulneráveis, como crianças, minorias, refugiados e mulheres. Cada palestrante teve então uma breve oportunidade de se apresentar e enquadrar a questão que abordaria.

Bruno Teixeira abriu a discussão delineando a abordagem do governo brasileiro para atender às necessidades de populações vulneráveis, enfatizando a importância de princípios democráticos e inclusão social. Ele destacou iniciativas recentes visando reduzir pobreza e desigualdade no Brasil.

Sharon Eubank compartilhou uma história pessoal sobre um encontro com uma mulher sem-teto, usando-a para ilustrar a importância da dignidade humana e conexão ao abordar vulnerabilidade. Ela delineou quatro compromissos de A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias no trabalho humanitário, incluindo relações não extrativas, conectando atores religiosos ao governo, trazendo seus próprios recursos à mesa e financiando coalizões.

Kevin Hyland focou na intersecção de fé e crime, particularmente no contexto de tráfico humano. Ele discutiu o papel das comunidades religiosas no combate ao tráfico e pediu um investimento significativo dos países do G20 para construir infraestrutura contra este crime.

Mustafa Ali forneceu estatísticas impactantes sobre a vulnerabilidade de crianças globalmente, enfatizando o fracasso dos estados em proteger crianças em zonas de conflito. Ele anunciou um próximo fórum em Abu Dhabi focado na cooperação inter-religiosa para construir um mundo esperançoso para crianças.

Nelson Arns Neumann discutiu o trabalho da Pastoral da Criança no Brasil, destacando sua abordagem baseada na comunidade para apoiar famílias e crianças vulneráveis.

Isabela de Oliveira Mazao do ACNUR Brasil falou sobre os desafios enfrentados por refugiados e a importância da integração e apoio comunitário.

Ebrahim Rasool forneceu uma perspectiva provocativa, desafiando comunidades religiosas a examinar seus próprios papéis em perpetuar ou combater injustiças sistêmicas. Ele pediu uma nova "teologia da libertação" para abordar crises globais contemporâneas.

A sessão incluiu um robusto período de perguntas e respostas, com membros da audiência levantando questões sobre tópicos como o papel da inteligência artificial em abordar vulnerabilidade, a implementação do Pacto Global para Refugiados, e a necessidade de passos de ação concretos.

Ebrahim Rasool desafiou líderes religiosos: "Nós, o meio-termo, frequentemente somos encontrados ambíguos e temerosos, tentativos, entediados e sem imaginação. As vítimas da política, em vez de os agentes do novo futuro que buscamos."

Conclusões

Principais conclusões e pontos de ação da sessão plenária incluíram:

- A necessidade de ação imediata e concreta para atender às necessidades de populações vulneráveis, particularmente crianças em zonas de conflito
- Um chamado para países do G20 investirem \$30 bilhões até 2030 em infraestrutura para combater o tráfico humano
- A importância da cooperação inter-religiosa e construção de coalizões para abordar desafios globais
- A necessidade de abordar injustiças estruturais e não apenas sintomas de vulnerabilidade
- O papel das comunidades religiosas em fornecer coragem moral e falar a verdade ao poder
- A importância de integrar tecnologia e inteligência artificial em esforços humanitários

- A necessidade de melhor implementação de políticas e acordos internacionais existentes
- O valor de abordagens baseadas na comunidade para apoiar populações vulneráveis
- A importância de manter altas aspirações enquanto se trabalha em metas práticas e alcançáveis
- A necessidade de comunidades religiosas examinarem seus próprios papéis em perpetuar ou combater injustiça
- A importância de construir resiliência e capacidade no nível local
- A necessidade de uma nova "teologia da libertação" para abordar crises globais contemporâneas
- A importância de equilibrar necessidades humanitárias imediatas com mudanças estruturais de longo prazo

D1. Ação religiosa sobre justiça climática e ambiental:

Iniciativa Inter-religiosa pela Floresta Amazônica

*Carlos Vicente, Facilitador Nacional da Iniciativa Inter-religiosa pela Floresta Amazônica (IRI) foi o moderador desta sessão com um painel de especialistas neste tópico, incluindo **Rev. Jimmy M. Immanuel Sormin**, Secretário Executivo, Comunhão de Igrejas na Indonésia, Iniciativa Inter-religiosa pela Floresta Amazônica da Indonésia; **Laura Vargas**, Facilitadora Nacional, Iniciativa Inter-religiosa pela Floresta Amazônica, Peru; **Arturo Coña**, Vice-Presidente, Associação Chilena de Diálogo Inter-religioso para o Desenvolvimento Humano (ADIR) Chile, Religiões pela Paz; **Francisco Cruz da Costa**, representante indígena de Manaus, Brasil.*

Visão Geral

A sessão começou com Vicente mostrando um vídeo ilustrando os problemas de exploração da floresta amazônica e os múltiplos problemas negativos que isso traz para o mundo em geral, como poluição, escassez de alimentos e doenças. Influenciar governos e empresas é crucial, junto com as responsabilidades dos indivíduos de estarem cientes dos problemas e questões climáticas.

A discussão centrou-se na questão ambiental crítica de proteger as florestas tropicais em três áreas geográficas: a Bacia Amazônica, a Bacia do Congo e o Sudeste Asiático, particularmente a Indonésia. O programa visou aprimorar a compreensão da influência diversa que os povos indígenas desempenham nesta importante questão. Comunidades indígenas desempenham um papel fundamental na proteção da floresta amazônica, o que promove o bem-estar de seus povos - já que esta é sua casa.

O foco está em uma ação multissetorial, variando de questões muito locais à advocacia e ação globais. A experiência do Brasil com a Iniciativa Inter-religiosa pela Floresta Amazônica foi destacada com insights dos outros membros do painel sobre suas áreas geográficas e os problemas coordenados.

A IRI também foi colocada no contexto mais amplo do ativismo climático e ecológico e seu trabalho com outras religiões.

Conclusões

- A floresta amazônica deve ser protegida.

- Vozes indígenas devem desempenhar um papel importante na discussão sobre proteção da floresta amazônica.
- Atores governamentais devem entender os problemas de longo prazo da exploração dessas regiões.
- Empresas devem ser responsabilizadas pela bagunça que fazem ao destruir recursos naturais.

D2: Tráfico Humano: Propondo Liderança do IF20 para Propor uma Agenda de Ação

*A sessão foi moderada pelo **Arcebispo Nikitas** de Thyateira e Grã-Bretanha, e **Márcia Leonora Santos Regis Orlandini**, Diretora da Clínica de Combate ao Trabalho Escravo da Universidade Federal de Uberlândia. Os palestrantes incluíram **Kevin Hyland OBE**, Diretor de Estratégia do Grupo Santa Marta; **Bispo Alistair Redfern**, ex-Membro da Câmara dos Lordes do Reino Unido; **Irmã Rosa Elena Cipres Diaz**, Rede Talitha Kum no Brasil; e **José Monteiro**, Vice-Presidente Regional da International Justice Mission (IJM).*

Visão Geral

A sessão começou com uma visão geral sóbria da crise global de tráfico humano, destacando o número impressionante de vítimas - estimado em 50 milhões - e os enormes lucros gerados por esta indústria ilícita, aproximadamente \$236 bilhões anualmente. Kevin Hyland apresentou uma proposta ousada chamada de plano "30 por 30", pedindo que os países do G20 invistam \$30 bilhões até 2030 para combater o tráfico humano. Esta meta ambiciosa mas concreta foi apresentada como um meio de impulsionar significativamente os esforços anti-tráfico em escala global.

Os palestrantes enfatizaram a posição única das comunidades religiosas em abordar o tráfico humano. Sua autoridade moral, presença local e capacidade de alcançar populações vulneráveis foram citadas como vantagens-chave nesta luta. A importância da colaboração multissetorial foi enfatizada, com os palestrantes pedindo parcerias mais fortes entre organizações religiosas, governos, agências de aplicação da lei e grupos da sociedade civil.

Prevenção e educação emergiram como temas cruciais, com vários palestrantes discutindo a necessidade de maior conscientização, particularmente entre jovens. Exemplos de programas escolares e iniciativas baseadas na fé foram compartilhados, demonstrando o potencial da educação para servir como uma poderosa ferramenta preventiva.

A sessão também destacou a importância de abordagens centradas na vítima, enfatizando a necessidade de focar na reabilitação e reintegração de sobreviventes de tráfico. Os palestrantes discutiram a necessidade de abordar causas-raiz como pobreza, desigualdade e falta de oportunidades econômicas que tornam as pessoas vulneráveis ao tráfico em primeiro lugar.

O papel da tecnologia tanto em facilitar quanto em combater o tráfico foi explorado. Os palestrantes observaram o potencial da IA e melhor coleta de dados em esforços anti-tráfico, ao mesmo tempo que pediam melhor regulação de espaços online onde a exploração frequentemente ocorre.

Ação política e legislativa foram identificadas como componentes cruciais da estratégia anti-tráfico. Os palestrantes defenderam leis mais fortes, melhor aplicação e políticas para responsabilizar empresas pela exploração laboral em suas cadeias de suprimentos.

A sessão concluiu com uma proposta para criar um grupo de trabalho do Fórum Inter-religioso do G20 dedicado a avançar esforços anti-tráfico. Este grupo documentaria iniciativas baseadas na fé, identificaria lacunas na ação intersetorial e advogaria pela priorização do G20 na questão.

Recomendações

Principais recomendações da sessão incluíram:

1. Pressionar por uma linguagem anti-tráfico forte no comunicado do G20
2. Desenvolver o grupo de trabalho proposto para coordenar esforços anti-tráfico inter-religiosos
3. Advogar pelo plano de financiamento "30
4. Expandir programas de educação e prevenção, particularmente nas escolas
5. Fortalecer parcerias entre grupos religiosos, autoridades policiais e governos
6. Focar em serviços de apoio e reabilitação para vítimas

D3: Foco em refugiados, Fé, Direitos e Proteção

*A sessão foi moderada por **Huda Alawa** da USA for UNHCR e **Thiago Biazin** da Barnabas Aid Brasil. Os palestrantes incluíram **Raphael Marcus**, Diretor de Programas da HIAS; **Christina Tobias-Nahi**, Diretora de Assuntos Públicos da Islamic Relief USA; **Paulo Sergio Almeida** do ACNUR Brasil; e **Manoel Moraes**, Coordenador da Cátedra Sergio Vieira de Mello na Universidade Estadual do Pará.*

Visão Geral

A sessão começou com uma visão geral da crise global de refugiados, destacando que há mais de 120 milhões de pessoas deslocadas à força em todo o mundo. Os palestrantes enfatizaram a posição única das organizações baseadas na fé em atender às necessidades dos refugiados, dada sua autoridade moral, presença local e capacidade de alcançar populações vulneráveis.

Os palestrantes compartilharam exemplos de iniciativas bem-sucedidas baseadas na fé, como o trabalho da HIAS com comunidades judaicas para reassentar refugiados, os esforços da Islamic Relief para fornecer apoio de saúde mental culturalmente sensível, e o foco da Barnabas Aid em apoiar comunidades cristãs perseguidas.

Um ponto-chave enfatizado por Raphael Marcus foi a importância do acesso a direitos: "Não se trata apenas de ter o direito correto. Uma vez que você tem o direito de fazer algo, isso não significa que você tem acesso a direitos. E essa é a parte realmente importante."

Christina Tobias-Nahi destacou o papel da fé na resiliência dos refugiados: "As necessidades espirituais são uma parte tão importante da sua resiliência. E isso é, você sabe, eu acredito fortemente que o povo

judeu sobreviveu, em parte se não na totalidade, por causa de sua crença na religião, da unidade e do que ela proporcionou a eles."

A sessão concluiu com um chamado para maior colaboração entre organizações baseadas na fé, governos e agências internacionais para melhor atender às necessidades dos refugiados.

Recomendações

As recomendações incluíram:

- Fortalecer parcerias entre organizações baseadas na fé e o ACNUR
- Advogar por políticas de refugiados mais inclusivas em níveis nacionais e internacionais
- Desenvolver abordagens sensíveis à fé para apoio e integração de refugiados
- Aumentar financiamento e recursos para iniciativas de refugiados baseadas na fé
- Promover diálogo e cooperação inter-religiosos em esforços de resposta a refugiados
- Abordar causas-raiz do deslocamento, incluindo conflitos e mudanças climáticas

D4: Reformas Globais de Tributação

A sessão foi moderada pelo Pe. Charles Chilufya, Diretor do Escritório de Justiça e Ecologia da Conferência Jesuíta da África e Madagascar, e Rachel Miner, Fundadora/CEO da Fundação Bellwether. Os palestrantes incluíram Eric LeCompte, Diretor Executivo da Rede Jubileu USA; Antonio Freitas, Subsecretário de Finanças Internacionais do Ministério da Fazenda do Brasil; e Ann Kioi, Desenvolvimento de Programas, Conferência de Todas as Igrejas da África.

Visão Geral

A sessão começou com Rachel Miner enquadrando a tributação como uma ferramenta crítica para financiar infraestrutura social e proteger direitos humanos. Ela destacou a escala de evasão e elisão fiscal global, estimada em \$5 trilhões anualmente. Os palestrantes enfatizaram o imperativo moral para comunidades religiosas se engajarem em discussões de reforma tributária.

Temas

Temas-chave discutidos incluíram:

1. O papel da tributação na redução de desigualdades e financiamento de programas sociais
2. Desafios de elisão e evasão fiscal por corporações multinacionais e indivíduos ricos
3. A necessidade de uma convenção fiscal global para abordar questões tributárias transfronteiriças
4. A liderança do Brasil em propor tributação de bilionários através do G20
5. A importância da tributação progressiva e fechamento de brechas fiscais
6. O papel das comunidades religiosas em advogar por políticas tributárias justas

Antonio Freitas destacou os esforços do Brasil dentro do G20 para promover tributação de indivíduos de alto patrimônio líquido e cooperação tributária internacional. Ele enfatizou a importância de abordar desigualdades para crescimento econômico e estabilidade social.

Eric LeCompte enfatizou a dimensão moral da reforma tributária, afirmando: "Quando temos crianças morrendo de doenças evitáveis, e temos o dinheiro para impedir isso. Então esse é nosso papel como pessoas de fé." Ele pediu para enquadrar questões tributárias em termos morais e pressionar por taxas de impostos corporativos mais altas.

Ann Kioi discutiu os desafios de sistemas tributários injustos na África, usando o Quênia como exemplo onde políticas tributárias recentes levaram a agitação civil. Ela enfatizou a necessidade de transparência e responsabilização na coleta e gastos de impostos.

Recomendações

A sessão concluiu com recomendações de ação, incluindo:

- Advogar por uma Convenção Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária
- Pressionar por taxas de impostos corporativos mais altas e fechamento de brechas
- Educar líderes religiosos sobre questões tributárias para permitir advocacia eficaz
- Promover transparência e responsabilização em sistemas tributários
- Apoiar medidas de tributação progressiva, incluindo impostos sobre riqueza
- Engajar a sociedade civil em discussões de reforma tributária em níveis nacionais e internacionais

D5: Desafios da IA em um Contexto Religioso

*A sessão foi moderada por **Stephen D. Richardson**, Professor Associado de Ciência da Computação na Universidade Brigham Young. Os palestrantes incluíram **Manisha Jain**, Engenheira/Arquiteta Distinta, Microsoft; **Medlar Mema**, Chefe de Programa, Instituto de Governança Global; **Thobias Prado Moura**, Diretor de Comunicação*,** Capítulo Brasileiro da Internet Society; **Harpreet Singh**, Conselho Sikh & Ensinos Sikhs (participando virtualmente); **Rev. Yoshinobu Miyake**, Superior Geral, Igreja Konko; e **Rabino Fishel Szlajen**, Membro Ordinário da Academia Pontifícia para a Vida (Cidade do Vaticano) / Professor da Universidade de Buenos Aires.**

Visão Geral

Temas-chave discutidos incluíram:

1. Os benefícios e riscos potenciais da IA para práticas e comunidades religiosas
2. Considerações éticas no desenvolvimento e implantação de IA
3. O papel das comunidades religiosas em moldar a governança e ética da IA
4. Desafios de preservar a dignidade e julgamento humanos em sistemas de IA
5. Oportunidades para a IA aprimorar a educação e alcance religiosos
6. Preocupações sobre o impacto da IA na consciência e espiritualidade humanas

Manisha Jain destacou a necessidade de alfabetização técnica adequada e salvaguardas ao usar IA, ao mesmo tempo notando seus benefícios potenciais para práticas religiosas. Medlar Mema enfatizou a importância de comunidades religiosas se engajarem com a governança da IA para moldar debates e estruturas.

O Rabino Fishel Szlajen levantou preocupações sobre o potencial da IA de minar a autonomia e julgamento moral humanos, pedindo regulações para garantir que a IA permaneça uma ferramenta de apoio em vez de substituir a tomada de decisão humana.

Rev. Yoshinobu Miyake enfatizou a necessidade de líderes religiosos entenderem e responderem à tecnologia mais recente, propondo a incorporação de elementos físicos e animistas no desenvolvimento de IA para melhor entender a humanidade.

Harpreet Singh discutiu o potencial da IA para ajudar a interpretar escrituras religiosas com mais precisão fornecendo contexto histórico e linguístico.

Um ponto-chave enfatizado por Stephen Richardson foi a importância do envolvimento humano na IA: "Acreditamos em humanos, e humanos sendo assistidos por tecnologia é uma coisa boa. Mas os humanos são a primeira tecnologia."

Recomendações

A sessão concluiu com recomendações para comunidades religiosas, incluindo:

- Educar-se sobre tecnologias de IA e suas implicações
- Engajar-se com governança de IA em níveis local, nacional e global
- Promover transparência e responsabilização em sistemas de IA
- Desenvolver abordagens sensíveis à fé para desenvolvimento e uso de IA
- Contribuir com perspectivas religiosas para estruturas éticas para IA
- Explorar maneiras de usar IA para aprimorar educação e alcance religiosos
- Advogar pela preservação da dignidade e julgamento humanos em sistemas de IA

D6: Construção da Paz Indígena e Liberdade Religiosa Indígena para Construir Paz e Planeta Sustentáveis

*A sessão foi moderada por **Binalakshmi Nepram**, Consultora Sênior sobre Questões Indígenas no Instituto dos Estados Unidos pela Paz. Os palestrantes incluíram **Dra. Mariam Wallet Aboubakrine** do Mali (participando virtualmente), **Dra. Vera Solovyeva** da Sibéria, e **Nidia Bustillos**, uma curandeira indígena boliviana.*

Visão Geral

A sessão começou com um ritual indígena para harmonizar o espaço, liderado por Nidia Bustillos. Binalakshmi Nepram então forneceu contexto sobre a população indígena global e seu papel em conflitos

e construção da paz. Ela destacou que 80% dos conflitos mundiais ocorrem em hotspots de biodiversidade onde vivem povos indígenas.

Dra. Mariam Wallet Aboubakrine enfatizou o impacto dos conflitos em comunidades indígenas e a necessidade de sua inclusão em processos de paz. Ela afirmou: "Se você quer alcançar paz, justiça e realmente desenvolvimento sustentável para os povos indígenas, precisamos ser envolvidos no processo de paz."

Dra. Vera Solovyeva discutiu os desafios de integrar visões de mundo indígenas em objetivos de desenvolvimento sustentável, destacando o colonialismo como um grande obstáculo. Ela observou: "O núcleo principal de nossa crença indígena, de nossa visão de mundo indígena, é negociação respeitosa e encontrar equilíbrio entre pessoas e natureza, e pessoas e pessoas, e equilíbrio entre passado, presente e futuro."

Nidia Bustillos compartilhou passos práticos para incorporar perspectivas indígenas em níveis local, nacional e global. Ela enfatizou a importância de reconhecer o conhecimento ancestral indígena como parte do patrimônio da humanidade.

A sessão concluiu com discussões em grupos sobre três temas:

1. Como comunidades e sistemas de conhecimento indígenas podem colaborar efetivamente para construção da paz
2. Desafios e oportunidades na integração de perspectivas indígenas e abordagens de liberdade religiosa
3. Passos práticos e recomendações para aprimorar colaborações em vários níveis

Recomendações

Principais recomendações incluíram:

- Garantir representação indígena em negociações de paz e formulação de políticas
- Proteger e preservar línguas e práticas culturais indígenas
- Incorporar conhecimento indígena em esforços de conservação ambiental
- Promover diálogo inter-religioso que inclua tradições espirituais indígenas
- Desenvolver políticas que reconheçam e protejam direitos territoriais indígenas
- Criar programas educacionais para compartilhar metodologias indígenas de construção da paz

Plenária 6: Modelando Diversidade e Inclusão: Construção da Paz através da Compreensão e Educação

Moderada por Katherine Marshall, Vice-Presidente do Fórum Inter-religioso do G20, Diretora Executiva, Diálogo Mundial de Fés para o Desenvolvimento, o painel contou com palestrantes do governo, academia e organizações da sociedade civil, incluindo Peter Mandaville, Conselheiro Sênior para Engajamento Religioso, USAID; Matius Ho, Diretor Executivo, Instituto Leimena; Alexandre

Brasil Carvalho da Fonseca, Secretário Nacional de Educação Superior do Ministério dos Direitos Humanos do Brasil; Ivo Pereira da Silva, Professor, Universidade Federal do Pará, e Ministério dos Direitos Humanos do Brasil; Maria Lucia Uribe da Arigatou International; e Kenarik Boujikian da Secretaria Geral da Presidência do Brasil. A sessão explorou soluções para abordar polarização e incompreensão como causas raiz de divisões sociais e conflitos.

Visão Geral

A plenária começou com Katherine Marshall dando as boas-vindas aos participantes e apresentando os painelistas. Antes da discussão principal, os participantes foram guiados através de um breve exercício de respiração e alongamento para ajudar a focar sua atenção. Marshall então forneceu uma visão geral do tema da sessão, enfatizando o papel crítico da educação na promoção da paz e compreensão entre diversas comunidades.

Peter Mandaville abriu a discussão compartilhando exemplos de programas da USAID que integram cooperação inter-religiosa no trabalho de desenvolvimento. Ele descreveu projetos no Marrocos e Indonésia que reúnem diferentes comunidades religiosas para alcançar objetivos econômicos e humanitários compartilhados. Matius Ho seguiu apresentando sobre o programa de alfabetização religiosa transcultural implementado na Indonésia, que treina professores para fomentar compreensão mútua entre estudantes de diferentes religiões.

Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca discutiu os esforços do Brasil para promover diversidade e inclusão na educação superior, destacando iniciativas para aumentar o acesso para grupos sub-representados. Ivo Pereira da Silva então explorou o conceito de secularismo como um "escudo" para proteger liberdades religiosas ao invés de uma "espada" contra a religião.

Maria Lucia Uribe compartilhou a abordagem da Arigatou International para educação ética para crianças, enfatizando a importância de desafiar preconceitos desde cedo. Ela contou uma história poderosa de reunir crianças de grupos étnicos em conflito. Kenarik Boujikian concluiu as apresentações iniciais discutindo as estratégias do Brasil para promover diálogo inter-religioso e coesão social em nível nacional.

Conclusões

Principais conclusões e pontos de ação da sessão:

- A educação desempenha um papel crucial em promover paz e entendimento, mas deve ser abordada criticamente para evitar reforçar preconceitos
- A cooperação inter-religiosa pode ser efetivamente integrada em esforços mais amplos de desenvolvimento e humanitários
- O treinamento de professores é essencial para promover entendimento transcultural em salas de aula diversas
- O secularismo deve ser visto como uma estrutura protetora para liberdades religiosas ao invés de uma força oposta
- A educação na primeira infância é vital para desafiar preconceitos e estereótipos antes que se enraízem

- As mídias sociais apresentam desafios para promover entendimento nuançado, exigindo abordagens criativas de engajamento
- O envolvimento dos pais e abordagens que envolvem toda a comunidade são necessários para iniciativas bem-sucedidas de educação inter-religiosa
- Eventos e conflitos globais podem impactar significativamente esforços inter-religiosos locais, exigindo navegação sensível
- Abordar violência estrutural e cultural é essencial para criar paz duradoura e coesão social
- Iniciativas inter-religiosas devem focar na humanidade e dignidade compartilhadas ao invés de tentar apagar todas as diferenças

E1: Alfabetização Religiosa

*Os palestrantes incluíram **Caetano Dias Corrêa**, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, e **Halim Mahfudz**, Presidente, Fundação Waqf Pesantren Tebuireng, como moderadores, com os lançadores de discussão **Matius Ho**, Diretor Executivo, Instituto Leimena; **Maria Lucia Uribe**, Diretora Executiva, Arigatou International; **Gilbraz Aragão**, Observatório das Religiões e Professor da Universidade Católica, Pernambuco; e **Abdul Muti**, Secretário Geral da Muhammadiyah.*

Visão Geral

A sessão começou com os moderadores dando boas-vindas aos participantes e fornecendo uma visão geral da importância da alfabetização religiosa nas sociedades diversas de hoje. Eles enfatizaram como uma maior apreciação das forças e ativos religiosos pode melhorar o bem-estar e o progresso em muitos níveis, inclusive para formuladores de políticas.

Os lançadores de discussão então se revezaram apresentando diferentes modelos e perspectivas sobre alfabetização e educação religiosa:

Matius Ho discutiu o Programa de Alfabetização Religiosa Transcultural da Indonésia, destacando sua abordagem para fomentar o entendimento através de divisões religiosas no país de maioria muçulmana mais populoso do mundo.

Maria Lucia Uribe compartilhou insights sobre a abordagem de Educação Ética da Arigatou International, que foca na aprendizagem inter-religiosa para crianças e jovens.

Gilbraz Aragão forneceu uma perspectiva brasileira, discutindo esforços para promover diversidade e entendimento religioso no sistema educacional do país.

Abdul Muti explicou o trabalho da Muhammadiyah na Indonésia sobre educação religiosa que abraça o pluralismo e moderação.

Ao longo das apresentações, os palestrantes enfatizaram a importância de ir além do conhecimento puramente intelectual para fomentar relacionamentos e engajamento reais através das linhas de fé. Como um palestrante observou, "Alfabetização religiosa não é apenas sobre fatos e números - é sobre aprender a ver o mundo através dos olhos e corações dos outros."

Como Halim Mahfudz afirmou, "Alfabetização religiosa não é um luxo - é essencial para construir o entendimento e respeito mútuos necessários em nosso mundo diverso."

Conclusões

Principais conclusões e pontos de ação:

- Desenvolver currículos e programas educacionais que vão além dos fatos para fomentar relacionamentos e engajamento inter-religiosos genuínos
- Garantir que os esforços de alfabetização religiosa abordem comunidades de fé majoritárias e minoritárias
- Integrar alfabetização religiosa nos processos de formulação de políticas em níveis local e nacional
- Criar mais oportunidades para aprendizagem experiencial inter-religiosa, especialmente para jovens
- Estabelecer uma rede internacional para compartilhar melhores práticas em educação de alfabetização religiosa
- Conduzir mais pesquisas sobre modelos eficazes para melhorar a alfabetização religiosa em diversos contextos

E2: Cruzando Pontes Entre Setores e Instituições

Esta sessão foi moderada por Marianna Richardson, Diretora de Comunicações do IF20. O painel de especialistas bem estabelecidos incluiu Maurice Bloem, Presidente/CEO, Joint Learning Initiative (JLI); Peter Mandaville, Conselheiro Sênior para Engajamento Religioso, USAID; Doug Fountain, Christian Connections in International Health; e Judd Birdsall, Professor Assistente de Prática, Universidade Georgetown.

Visão Geral

O problema de organizações internacionais lidarem com as diferenças em requisitos legais para ONGs e OSCs, diferenças sociais, vários procedimentos de distribuição e inúmeras tradições culturais é causa de dificuldades constantes. Lacunas na compreensão e engajamento entre instituições humanitárias e de desenvolvimento estão frequentemente ligadas à informação pobre ou distorcida que organizações externas recebem ao olhar para novos países.

Seguindo o "Grande Acordo" de Istambul, o movimento em direção à liderança local e localização apresentou novos desafios para organizações líderes. O foco da discussão foi em torno de (1) o que pode ser feito para fortalecer a comunicação e o fluxo de informações e (2) como os benefícios de perspectivas globais podem ser melhor ligados ao conhecimento e liderança locais.

As principais conclusões apontaram para a importância de ter fortes laços locais com pessoas-chave em cada país em que você está trabalhando. Além disso, à medida que uma organização se expande para outros países, encontrar essas pessoas-chave é o problema mais difícil. É aqui que o networking com outras organizações que já trabalham naquele país é útil para que erros custosos não sejam cometidos.

Conclusões

- Organizações devem ser flexíveis para lidar com as diferentes necessidades de diferentes países
- Liderança local é fundamental
- Encontrar pessoas-chave precisa ser feito estrategicamente
- Obter ajuda do governo pode ser útil mas pode ter armadilhas

E3: Confrontando Racismo, Crimes de Ódio e Radicalização

Nesta sessão, **Audrey Kitagawa**, Presidente da Academia Internacional para Cooperação Multicultural e Presidente da Iniciativa Anti-racismo do IF20, fez observações introdutórias. Os moderadores foram **Hamad Khatir**, Vice-Presidente, Aliança Inter-religiosa para Comunidades Mais Seguras, e **Denise Posse-Blanco Lindberg**, Juíza do Tribunal Distrital, Terceiro Distrito Judicial, Utah, EUA. Os painelistas incluíram **Sheikh Ibrahim Lethome**, Secretário Geral, Centro para Resolução Sustentável de Conflitos (CSCR); **Knox Thames**, Professor da Universidade Pepperdine; **James Patton**, Presidente e CEO, Centro Internacional para Religião e Diplomacia (participou virtualmente); **Rabina Diana Gerson**, Vice-Presidente Executiva Associada do Conselho de Rabinos de Nova York, Conselheira Sênior para Parcerias e Relações Externas, Aliança Inter-religiosa para Comunidades Mais Seguras; **Mohd Herizal Bin Hazri**, Comitê Superior da Fraternidade Humana, Abu Dhabi; **Muzaffar Kamilov**, Conselheiro Sênior para Assuntos Religiosos do Presidente da República do Uzbequistão.

Denise Lindberg compartilhou sua experiência pessoal com desumanização durante a revolução cubana, quando ela e outros refugiados como ela eram chamados de "vermes". Durante o genocídio de Ruanda, as pessoas eram rotuladas como "baratas". Tal linguagem fomenta crimes de ódio, violência e radicalização.

Audrey Kitagawa explicou que esta discussão tem implicações amplas, atingindo o cerne dos direitos humanos e a base da liberdade, justiça e paz no mundo. Esforços inter-religiosos e multiculturais serão cruciais para tecer fios de cooperação, confiança, tolerância que mantêm unidas nossas sociedades multiculturais, multiétnicas e multirreligiosas, um fato reconhecido pela comunidade internacional. Adotada em 14 de junho de 2020. A Resolução 2086 da ONU reconhece o papel crucial dos esforços inter-religiosos. Um resumo escrito pela Iniciativa Anti-Racismo do IF20 recomenda que o G20 estabeleça uma comissão internacional de alto nível sobre racismo. Esta questão afeta todos os 17 ODS.

Conclusões

- Racismo, discurso de ódio e radicalização podem se transformar em extremismo violento.
- É importante reconhecer que a diversidade faz parte do plano divino e as pessoas devem confrontar essas questões através da educação, tolerância e ação legal.
- Devemos fomentar conversas positivas sobre coexistência e a importância de abordar o discurso de ódio sem infringir a liberdade de expressão.
- Estruturas legais, como convenções internacionais, são cruciais para navegar os desafios de proteger direitos.
- A desumanização fomenta a crença de que a sobrevivência do grupo "nós" depende de eliminar o "outro".
- As soluções estão em restaurar nuances às identidades.

- A sociedade deve fomentar empatia e valores compartilhados, incluindo estruturas religiosas que promovam bondade, cura e dignidade sobre hostilidade e exclusão.
- Promover interseccionalidade e diálogo entre grupos diversos, especialmente para crianças e jovens, pode combater a disseminação de desinformação e discurso de ódio.
- Crianças são particularmente vulneráveis a ataques de discurso de ódio e à desinformação.
- Iniciar esforços educacionais cedo na vida e mantê-los é crucial.

E4: Uma Perspectiva Religiosa sobre o Futuro do Trabalho

*Moderada por **Brian Grim**, Presidente Fundador da Fundação Liberdade Religiosa & Negócios, e **Aloisio Cristovam**, Juiz do Tribunal do Trabalho da Bahia, o painel contou com **Richard T. Foltin**, Diretor Executivo da Associação Americana de Advogados e Juristas Judeus, como principal lançador de discussão.*

Visão Geral

Brian Grim abriu a sessão destacando a Rede Fé no Trabalho para a América Latina, lançada naquela tarde. Ele apresentou vídeos mostrando como grandes corporações como Google, Salesforce e Dell Technologies estão criando locais de trabalho amigáveis à fé. Grim enfatizou que esta abordagem atrai e retém talentos de ponta, beneficiando os negócios.

Richard Foltin discutiu os aspectos legais da acomodação religiosa no local de trabalho, focando na lei dos EUA. Ele explicou a evolução do padrão de "dificuldade indevida" em casos de acomodação religiosa, notando uma decisão recente da Suprema Corte que fortaleceu proteções para empregados religiosamente observantes. Foltin também abordou o delicado equilíbrio entre acomodar práticas religiosas e evitar coerção ou assédio de outros empregados.

O Juiz Aloisio Cristovam, falando em português, forneceu uma perspectiva brasileira sobre liberdade religiosa no local de trabalho. Ele enfatizou a importância de respeitar as crenças e práticas religiosas dos trabalhadores, observando que isso não é apenas um requisito legal, mas também contribui para um ambiente de trabalho mais produtivo e harmonioso.

A discussão tocou em vários pontos-chave:

- O crescente reconhecimento da saúde espiritual como um componente do bem-estar geral do empregado
- Os desafios de implementar iniciativas de diversidade, equidade e inclusão (DEI) que genuinamente incluam diversidade religiosa
- A necessidade de equilíbrio entre acomodar práticas religiosas e manter um local de trabalho secular
- A importância de educar tanto empregadores quanto empregados sobre direitos e responsabilidades de acomodação religiosa

Como Grim observou, "Alfabetização religiosa não é apenas sobre fatos e números - é sobre aprender a ver o mundo através dos olhos e corações dos outros."

Conclusões

As principais conclusões incluíram:

- Empresas estão cada vez mais reconhecendo o valor de locais de trabalho amigáveis à fé
- Proteções legais para acomodação religiosa estão evoluindo, com decisões judiciais recentes nos EUA fortalecendo essas proteções
- Equilibrar diversas necessidades religiosas no local de trabalho requer diálogo e educação contínuos
- Políticas amigáveis à fé podem contribuir para o bem-estar do empregado e o sucesso da empresa

E5: Fé e Defesa Ambiental: Protegendo Vida e Território

Moderada por Carrick Reddin do Instituto de Recursos Mundiais e Pastora Romi Márcia Bencke do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, o painel contou com Carlos Vicente da Iniciativa Inter-religiosa pela Floresta Amazônica Brasil e Binalakshmi Nepram do Instituto dos Estados Unidos pela Paz como principais lançadores de discussão.

Visão Geral

Carrick Reddin abriu destacando pesquisas recentes do Instituto de Recursos Mundiais e do Instituto de Pesquisa Laudato Si', que mostram que comunidades religiosas são atores importantes mas frequentemente negligenciados em disputas socioambientais no Brasil, Colômbia e México. Ele enfatizou as forças únicas que essas comunidades trazem, incluindo extensas redes de base, autoridade moral e compromisso com a justiça social.

A Pastora Romi Márcia Bencke discutiu a importância de proteger culturas e espiritualidades indígenas, enfatizando sua profunda conexão com o meio ambiente. Ela destacou os desafios enfrentados por essas comunidades, incluindo ameaças aos seus territórios e modo de vida.

Carlos Vicente apresentou sobre o trabalho da Iniciativa Inter-religiosa pela Floresta Amazônica no Brasil, focando em seus esforços para treinar e equipar líderes e comunidades religiosas para advocacia ambiental. Ele enfatizou a importância da colaboração inter-religiosa em abordar desafios ambientais.

Binalakshmi Nepram forneceu uma perspectiva global sobre defesa ambiental indígena, destacando que 80% dos conflitos mundiais ocorrem em hotspots de biodiversidade onde vivem povos indígenas. Ela discutiu o conceito de violência ambiental e o trabalho sendo feito para reconhecê-lo e abordá-lo no nível da ONU.

Pontos-chave da discussão incluíram:

- A profunda conexão espiritual e existencial entre comunidades religiosas e o mundo natural
- O papel crucial das mulheres na organização pela defesa ambiental
- A necessidade de reconhecimento e apoio formal para atores religiosos na advocacia ambiental
- O conceito de violência ambiental e seu impacto em comunidades indígenas

- A importância do diálogo inter-religioso e intercultural nos esforços de proteção ambiental

Os participantes enfatizaram a necessidade de respeito, harmonização de valores e escuta verdadeira entre diferentes comunidades. Também destacaram a importância de reconhecer erros passados de religiões dominantes e trabalhar pela reparação e coexistência.

A sessão terminou com um chamado à ação para líderes religiosos e defensores ambientais trabalharem juntos na proteção da vida, território e do planeta como um todo.

E6: Desafios enfrentados pela África: 2024 e Além

*Moderada pela **Dra. Sylvia Mamohapi Pheto**, Vice-Presidente de Direitos Culturais, Religiosos e Linguísticos da África do Sul, o painel contou com **Michael Swain** da Freedom of Religion South Africa, **Professor Maniraj Sukdaven** da Universidade de Pretória, e **Najat Abdi Mohamed** da Global One Quênia como principais lançadores de discussão.*

A Dra. Pheto abriu destacando a importância de abordar os desafios e oportunidades da África à luz da recente inclusão da União Africana no G20. Ela enfatizou a necessidade de mostrar tanto o potencial do continente quanto suas questões prementes.

Najat Abdi Mohamed apresentou uma visão geral dos desafios da África, incluindo impactos das mudanças climáticas, crescimento populacional e necessidade de reformas econômicas. Ela enfatizou a importância de aproveitar efetivamente os recursos da África e promover boa governança.

Michael Swain discutiu liberdade religiosa na África, enfatizando sua importância como um direito humano fundamental. Ele advertiu contra regulação excessiva da religião pelos estados e destacou a necessidade de proteger direitos parentais na educação.

O Professor Sukdaven forneceu insights estatísticos sobre vários desafios enfrentados pela África, incluindo segurança alimentar, escassez de água, crises de saúde e degradação ambiental. Ele enfatizou a necessidade de abordar causas raiz ao invés de apenas sintomas.

Pontos-chave da discussão incluíram:

- A necessidade de priorizar algumas questões-chave para a agenda do G20 ao invés de apresentar uma longa lista de desafios
- A importância de abordar o desemprego e desilusão juvenil
- O potencial da África para avançar rapidamente em desenvolvimento tecnológico
- A necessidade de combater a corrupção e promover transparência
- A importância do diálogo e colaboração inter-religiosos em abordar os desafios da África

Os participantes enfatizaram a necessidade de destacar os sucessos e potencial da África, não apenas seus desafios. Pediram foco em soluções práticas e compartilhamento de melhores práticas pelo continente.

A sessão concluiu com um chamado para líderes africanos e comunidades religiosas trabalharem juntos na preparação para a cúpula do G20 de 2024 na África do Sul. Os participantes enfatizaram a importância

de apresentar uma voz africana unida e focar em prioridades-chave que possam ter um impacto significativo no desenvolvimento do continente.

Conclusões

Principais conclusões incluíram:

- A necessidade da África aproveitar seus recursos mais efetivamente
- A importância de promover boa governança e combater a corrupção
- O potencial para colaboração inter-religiosa em abordar desafios sociais e econômicos
- A necessidade de priorizar emprego e engajamento juvenil
- A importância de apresentar os sucessos da África ao lado de seus desafios no G20

Discussão Final em Fishbowl

*A sessão final do Fórum Inter-religioso do G20 no Brasil contou com uma discussão aberta em "fishbowl" moderada por **Rodrigo Vitorino Souza Alves**, Presidente do Comitê Organizador Local, e **Thiago Alves Pinto**, Professor da Universidade de Oxford. **Silvio Almeida**, Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania do Brasil também compartilhou algumas palavras. A sessão visou capturar impressões e ideias finais dos participantes ao concluir o fórum.*

Visão Geral

A discussão em fishbowl permitiu que os participantes compartilhassem suas reflexões sobre o fórum e levantassem tópicos para consideração adicional. Temas-chave que emergiram incluíram:

- A necessidade de traduzir as discussões do fórum em ações concretas nos níveis local e nacional
- A importância de incluir vozes jovens e marginalizadas em diálogos inter-religiosos
- Chamados para que comunidades religiosas abordem mudanças climáticas e proteção ambiental
- O papel dos atores religiosos em promover paz e reconciliação em zonas de conflito
- Sugestões para melhorar a implementação de recomendações políticas do fórum

Os participantes destacaram o valor das conexões interculturais e inter-religiosas feitas durante o evento. Muitos expressaram desejo de continuar colaborações e diálogos além do fórum.

Os moderadores sintetizaram as principais conclusões, incluindo:

- A importância crítica da liberdade religiosa e cooperação inter-religiosa para abordar desafios globais
- A necessidade de diálogo contínuo entre comunidades religiosas, governos e sociedade civil
- Chamados por compromissos concretos e planos de ação emergindo das discussões do fórum
- Sugestões para temas e áreas de foco para futuros eventos do Fórum Inter-religioso do G20

A sessão concluiu com expressões de gratidão aos anfitriões e organizadores brasileiros, e um compromisso de continuar avançando a missão do fórum de aproveitar o poder da religião para apoiar a agenda do G20 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Os participantes foram encorajados a implementar insights obtidos e continuar colaborações ao retornarem para seus contextos locais. Os moderadores enfatizaram que o verdadeiro trabalho do fórum começa quando os participantes colocam ideias em ação em suas comunidades e esferas de influência.

Sessão de Encerramento

*Os palestrantes incluíram **Gustavo Westmann**, Chefe do Escritório de Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da Presidência Brasileira; **Felipe Hees**, Ministro do Ministério de Relações Exteriores do Brasil; **Arcebispo Makgoba da Cidade do Cabo** (via vídeo); **Khushwant Singh**, Chefe de Secretariado, Parceria Internacional sobre Religião e Desenvolvimento Sustentável (PaRD); **Peter Prove**, Conselho Mundial de Igrejas; **Hamad Khatir**, Vice-Presidente, Aliança Inter-religiosa para Comunidades Mais Seguras; **Katherine Marshall**, Vice-Presidente, Fórum Inter-religioso do G20, Diretora Executiva, Diálogo Mundial de Fés para o Desenvolvimento; e **W. Cole Durham, Jr.**, Presidente do Fórum Inter-religioso do G20. A sessão focou na agenda do G20 do Brasil, preparativos para próximas cúpulas e a transição para a presidência sul-africana do G20.*

Visão Geral

A sessão abriu com observações de representantes do governo brasileiro delineando as prioridades do G20 do país e planos para próximas cúpulas. Gustavo Westmann destacou o compromisso do Brasil com a participação social no processo do G20, anunciando uma nova plataforma para contribuições globais sobre prioridades do G20 chamada G20 Social.

Felipe Hees então falou sobre o foco do Brasil em abordar desigualdades, desenvolvimento sustentável e reformar a governança global. Ele enfatizou a necessidade de maior representação do Sul Global em organizações internacionais.

Uma mensagem em vídeo do Arcebispo Makgoba da África do Sul seguiu, enfatizando cooperação inter-religiosa e a próxima presidência sul-africana do G20. A sessão então passou para observações finais de organizações parceiras.

Katherine Marshall resumiu cinco recomendações-chave emergindo do fórum, incluindo apoio à iniciativa Aliança contra a Fome do Brasil e ação sobre dívida, impostos e financiamento climático.

Cole Durham ofereceu reflexões finais, usando metáforas como "transformar espadas em arados" para enfatizar os objetivos do fórum de transformar desafios em oportunidades de mudança positiva. A sessão concluiu com expressões de gratidão a organizadores, voluntários e participantes, e anúncios sobre atividades e recursos de acompanhamento.

Conclusões

Principais conclusões e pontos de ação:

- Apoiar a nova plataforma do Brasil para contribuições globais sobre prioridades do G20
- Avançar a iniciativa Aliança contra a Fome
- Desenvolver propostas sobre alívio da dívida, reforma tributária e financiamento climático
- Criar um grupo de trabalho sobre tráfico humano
- Organizar um encontro de jovens conectado ao fórum do próximo ano na África
- Promover treinamento em alfabetização cultural e religiosa
- Continuar o trabalho na Iniciativa Inter-religiosa pela Floresta Amazônica
- Levar adiante a ênfase na participação social para futuras presidências do G20
- Utilizar gravações e webinars futuros para maior engajamento com o conteúdo do fórum
- Contribuir para o desenvolvimento contínuo de recomendações para o G20

Apêndice A - Discurso de Abertura de Mary Robinson

Senhoras e Senhores,

É uma honra estar aqui com vocês no Fórum Inter-religioso do G20. O tema deste ano -- "Não Deixar Ninguém Para Trás: O Bem-Estar do Planeta e Seus Povos" -- ressoa profundamente comigo.

Falo com vocês hoje como Presidente dos Anciãos, o grupo de líderes globais independentes fundado por Nelson Mandela. Estamos comprometidos em promover a paz, justiça, direitos humanos e um futuro sustentável para nosso planeta. Francamente, também falo como uma avó zangada!

No início deste ano, estive no Brasil com oito colegas Anciãos. Tivemos o prazer de nos reunir com jovens líderes climáticos, ativistas negros e indígenas, bem como a Ministra da Igualdade Racial Anielle Franco e o Ministro da Fazenda Fernando Haddad. Como atual detentor da presidência do G20 e anfitrião da próxima conferência global sobre o clima COP30, o Brasil está singularmente posicionado para mobilizar o mundo para enfrentar as crises que enfrentamos.

Hoje, quero falar mais sobre como podemos criar um planeta sustentável, onde nosso clima seja estável e nossa natureza restaurada, e onde as pessoas prosperem. Isso requer uma abordagem holística que se baseie na diversidade da sociedade civil, bem como uma liderança política sustentada, e na qual líderes religiosos e comunidades religiosas possam desempenhar um papel importante.

Percebo que essas não são ideias novas para este distinto público.

Apenas no ano passado, o Papa Francisco lançou Laudate Deum, sua resposta à crise climática e sua esperança de como as sociedades devem abordá-la.

Em 2015, quando o histórico Acordo de Paris foi adotado, líderes islâmicos e hindus pediram ação climática urgente em suas declarações antes da cúpula.

A religião não é estranha ao conceito de cuidar de nosso planeta.

O budismo oferece ensinamentos importantes sobre como tudo está interconectado e interdependente em nosso planeta. Sobre como os seres humanos são parte do meio ambiente, e vice-versa.

A mesma ideia está no cerne de muitas religiões indígenas. Os povos indígenas têm um profundo parentesco com a natureza e uma compreensão profunda da importância de cuidar da natureza para cuidar da humanidade.

Infelizmente, sabemos que essa sabedoria não prevaleceu nos últimos séculos.

Hoje, nosso planeta está em um caminho de mudanças climáticas desenfreadas devido à taxa de aquecimento global. A Terra está mais quente do que esteve nos últimos 125.000 anos.

Isso torna eventos climáticos extremos mais severos e mais frequentes.

Apenas no mês passado, o tufão Gaemi causou estragos nas Filipinas, Taiwan e China, matando mais de cem pessoas e deslocando centenas de milhares.

Quando estive no Brasil em maio passado, inundações severas no sul do país mataram e feriram centenas e deslocaram meio milhão de pessoas.

No início deste ano, milhares de incêndios florestais queimaram pela floresta amazônica, ameaçando seu colapso. E os incêndios florestais do ano passado no Canadá queimaram mais área florestal do que em toda a história norte-americana registrada.

E há apenas alguns meses, 1.300 pessoas pereceram devido ao calor mortal de 47°C durante a peregrinação do Hajj na Arábia Saudita.

E não é apenas uma crise climática. É uma crise climática e da natureza.

Desde 1970, vimos uma queda de 69% nas populações de vida selvagem. O oceano, que é o maior ecossistema da Terra, repleto de vida maravilhosa, está experimentando crescente acidificação e ondas de calor marinhas, ameaçando inúmeras espécies.

Nosso planeta está passando por sua sexta grande extinção em massa. Isso deve nos alarmar a todos.

Mas conhecemos as causas raiz, que é o primeiro passo para resolver esta crise.

Primeiro, a queima de carvão, petróleo e gás responde por três quartos das emissões globais de gases de efeito estufa. Essas emissões cobrem a Terra e aprisionam o calor do sol, impulsionando o colapso climático que estamos experimentando.

Cientistas têm levantado o alarme há décadas. E ainda assim, os combustíveis fósseis continuam a representar 80% de nosso suprimento total de energia, ainda poluindo o ar que respiramos e ameaçando a vida na Terra.

Segundo, a maneira como produzimos, processamos, embalamos e transportamos alimentos é responsável por um terço das emissões que aquecem nosso planeta.

Nosso sistema alimentar global também é o principal motor da perda de biodiversidade. Isso é em grande parte porque convertemos ecossistemas naturais para agricultura e pastagem. Já alteramos 70% da terra, destruindo habitats e as fontes de alimento e abrigo das quais a vida selvagem depende.

A perda da natureza é uma ameaça existencial para mais de um quarto da população global que depende de seus recursos para seu sustento.

A crise climática e da natureza nos confronta com grandes ramificações para a segurança alimentar e hídrica. Eventos climáticos extremos mais frequentes ameaçam a produção de alimentos em todo o mundo, enquanto nosso suprimento limitado de água doce está perigosamente diminuindo a cada ano que nosso planeta continua a aquecer.

Se não for controlada, o maior custo desta crise será na própria vida humana, com um custo direto para a saúde estimado em US\$ 2-4 bilhões por ano até 2030 e crescentes emergências humanitárias.

E não nos esqueçamos que esta crise é profundamente injusta. Os mais vulneráveis, que menos contribuíram para o problema, já estão sofrendo mais.

Furacões mais frequentes, elevação do nível do mar e erosão costeira estão ameaçando pequenos estados insulares em desenvolvimento e sua própria existência.

Inundações extremas no Paquistão em 2022 submergiram um terço do país e afetaram 33 milhões de pessoas.

E a lista infelizmente continua.

Cada um desses países emitiu bem abaixo de 1% das emissões globais de gases de efeito estufa. Este fardo desproporcional deveria nos indignar. E devemos transformar essa indignação em ação.

Porque, se há uma coisa que você deve levar deste discurso, é que por mais devastadora que seja esta crise, não estamos impotentes contra ela. Longe disso.

Como meu querido amigo falecido Arcebispo Desmond Tutu costumava dizer, sou uma prisioneira da esperança. Sei que podemos enfrentar a crise climática e da natureza. Soluções já estão em andamento, e devemos apoiá-las e acelerá-las.

A energia renovável está sendo construída a um ritmo sem precedentes, com cada novo gigawatt de energia limpa nos movendo um passo mais perto de eliminar gradualmente os combustíveis fósseis.

Na conferência climática COP28 do ano passado, líderes mundiais concordaram em triplicar a capacidade global de energia renovável até 2030. Esta meta ambiciosa pode fazer toda a diferença em evitar os piores impactos do colapso climático para as gerações atuais.

Produtores de alimentos em todo o mundo já estão mudando para práticas regenerativas, que tanto reduzem danos à natureza quanto a restauram ativamente. Apenas a agricultura regenerativa poderia fornecer um terço da ação climática baseada em terra necessária até 2030.

Em seu nível local, agricultores, pescadores, agroflorestadores e muitos outros estão liderando o caminho para ajudar a transformar nosso sistema alimentar global de extrativo para restaurativo.

Juntamente com medidas para melhorar o transporte e processamento de alimentos, e reduzir o desperdício de alimentos, podemos *não apenas* mitigar as mudanças climáticas e apoiar a natureza, mas também melhorar a resiliência de nosso sistema alimentar, ajudando assim a alcançar a segurança alimentar.

Esta é a beleza dessas transições. Elas podem ter um efeito cascata em inúmeras facetas da sociedade. Elas podem ajudar a resolver muitas crises interconectadas hoje e para as gerações futuras.

E este é um ponto importante. Devemos lembrar que não apenas herdamos esta terra, estamos emprestando-a das gerações futuras.

Os povos indígenas falam do Princípio da Sétima Geração, que nos convida a pensar nas decisões que tomamos hoje e se elas resultarão em um mundo sustentável sete gerações no futuro.

Então, como tomamos as decisões certas hoje? Acredito que começa com ter mais vozes diversas à mesa e criar maior pluralismo.

Precisamos de melhor representação de mulheres, jovens, comunidades LGBTI, povos indígenas e grupos marginalizados no processo de tomada de decisão. Isso pode ajudar a fornecer os mecanismos inclusivos, transparentes e responsáveis que precisamos.

Acima de tudo, precisamos encorajar um senso de conexão entre todos nós que lutamos por aquele mundo mais saudável, mais justo, alimentado por energia renovável. É isso que o Projeto Dente-de-leão -- um movimento de justiça climática liderado por mulheres -- está buscando fazer. Somos inspirados pelo dente-de-leão, que cresce em todos os continentes, é ao mesmo tempo resiliente e regenerativo do solo, pode ser consumido em sua totalidade, e é espalhado soprando suas sementes.

Já, o Projeto Dente-de-leão se conectou com uma Rede de Ação Climática Liderada por Mulheres Multifé, e estou satisfeita em ser convidada para sua segunda reunião em Roma em outubro. Conectar redes como esta é uma forma de aumentar nosso poder para influenciar resultados climáticos e da natureza. O Projeto Dente-de-leão é liderado por mulheres, mas não apenas por mulheres. Além de grupos baseados na fé, esperamos nos conectar com comunidades indígenas, jovens, empresas progressistas, cientistas, artistas, agricultores etc., e mostrar que somos de fato a maioria no mundo.

E dos líderes mundiais, que são os últimos tomadores de decisão no cenário global, precisamos de liderança de longo prazo.

Precisamos persuadir os tomadores de decisão a entender a urgência das ameaças existenciais que enfrentamos e a acreditar em nossa capacidade de superá-las.

Líderes de longo prazo devem ter a força moral para abordar tanto as preocupações atuais *quanto* os riscos de longo prazo, muitas vezes à custa de interesses estabelecidos. Eles devem pensar além dos ciclos políticos de curto prazo e fornecer soluções tanto para as gerações atuais quanto futuras.

Este é um chamado que Os Anciãos fizeram aos líderes mundiais no início deste ano. Um chamado que reitero hoje. Um chamado que os exorto a fazer conosco e que espero que possa se tornar um grito de guerra em suas comunidades ao redor do mundo.

Imagine a mudança que podemos criar se todos unirmos nossas vozes.

Estamos à beira de um mundo maravilhoso, mais seguro, mais justo, mais limpo e mais saudável. Estamos nos movendo em direção a ele, mas não rápido o suficiente para a ciência.

Nossos líderes devem acelerar a transição para longe das indústrias extrativas e cumprir suas promessas de cumprir as metas globais sobre clima e natureza.

Eles devem aproveitar a oportunidade este ano durante as reuniões do G20, na conferência COP16 sobre natureza na Colômbia, na conferência COP29 sobre clima no Azerbaijão e na COP30 no próximo ano neste país.

Mais tarde é tarde demais. Peço aos líderes mundiais que forneçam o financiamento necessário para a natureza e o clima, que é o foco da COP29 este ano. Só então podemos criar uma transição justa e equitativa que salvasse os direitos dos mais vulneráveis e das gerações futuras.

Obrigada

Apêndice B - Discurso de Abertura de Marina da Silva, Ministra do Meio Ambiente do Brasil

Resumo:

Marina da Silva enfatizou a urgência de alinhar nossa visão de mundo com passos acionáveis para enfrentar desafios globais, particularmente aqueles relacionados ao meio ambiente e bem-estar social. Ela destacou o foco do G20 no bem-estar holístico em um mundo cheio de turbulência, apontando que essa turbulência decorre de uma falta de harmonia com a natureza e dentro das sociedades. Da Silva identificou as mudanças climáticas como um fator significativo exacerbando a pobreza e vulnerabilidade em todo o mundo, citando exemplos do Brasil, como inundações devastadoras no Rio Grande do Sul e secas severas no Pantanal e regiões amazônicas.

A Ministra sublinhou o estado crítico da floresta amazônica, alertando que se o desmatamento ultrapassar 25%, a floresta poderia chegar a um ponto sem retorno, levando a repercussões ambientais e econômicas generalizadas. Ela conectou a saúde da Amazônia ao PIB da América do Sul, enfatizando que 75% dele depende das chuvas produzidas pela floresta. A destruição da Amazônia teria efeitos catastróficos, transformando grandes partes do continente em desertos.

Da Silva argumentou que a atual crise global é resultado de priorizar riqueza material sobre vida sustentável. Ela pediu uma mudança de uma mentalidade de "ter" para uma de "ser", onde o valor é colocado no potencial humano e criatividade ao invés da exploração de recursos naturais. Ela referenciou esforços históricos para enfrentar as mudanças climáticas, como a Cúpula da Terra do Rio em 1992, e lamentou o lento progresso desde então.

A Ministra destacou os sucessos do Brasil em reduzir o desmatamento durante seu mandato anterior, alcançando uma redução de 83% e evitando a liberação de bilhões de toneladas de CO2. Ela expressou esperança de que os esforços atuais, incluindo a retomada de iniciativas anti-desmatamento sob o Presidente Lula, continuariam a render resultados positivos. No entanto, ela reconheceu os desafios colocados por contradições sistêmicas e a necessidade de cooperação global.

Da Silva concluiu enfatizando a importância de uma transição justa para um futuro sustentável, onde países mais ricos apoiam nações mais pobres em enfrentar as mudanças climáticas. Ela defendeu taxar os super-ricos para financiar a luta contra a desigualdade e financiar a transição ecológica, promovendo um modelo de desenvolvimento sustentável que seja equilibrado economicamente, socialmente, politicamente e eticamente.

Pela honra do convite para participar desse importante fórum e de pensar como vamos tratar as questões desafiadoras que estão diante de nós. Numa perspectiva de mudança de visão de mundo, mas uma mudança de visão de um mundo que seja acompanhada da necessária ação, que diga. Que de fato, aquilo que nós pensamos, dizemos, sentimos é traduzido em uma ação real, não é que dá os verdadeiros frutos. É quando me foi feito o convite. Hoje de pela manhã eu estive no Rio de Janeiro participando do G20 social e estou aqui agora no fórum inter-religioso. É do G20 pensar o bem-estar Holístico em um mundo in Turbilhão.

Eu gostei muito desse paradoxo, não é pensar algo que nos leva para uma perspectiva de integração e conectividade com a natureza, com a gente mesmo e com as outras pessoas. E enfim, é. Mas no mundo em turbilhões, e talvez fosse interessante a gente pensar muito rapidamente que turbilhões seriam esses? Esse mundo in Turbilhão. Tem muitas formas desses turbilhões se realizaram, mas eu? Escolhi aqui alguns poucos. É só para ilustrar, um dos grandes turbilhões que nós vivemos é a falta de Harmonia que temos. Com a gente mesmo e com a natureza. E a insuficiência das normas e das regras que fazem com que a gente possa no se relacionar uns com os outros. É com é a sociedade, com o estado. Tudo isso é motivo de desarmonia. Mas com certeza, entre esses turbilhões tem o problema da pobreza. Nós temos é milhões de pessoas que vivem em situação de muita vulnerabilidade no mundo todo. Uma vulnerabilidade que cada dia gravada. Porém, esses fatores. E um deles é o da mudança climática, dos eventos climáticos extremos que estão destruindo os sistemas alimentares, estão empobrecendo e destruindo é as áreas terrestres na quais nas quais cultivamos os nossos alimentos. Aqui no Brasil, nós vivemos uma experiência muito difícil. De mudança do clima e de eventos climáticos extremos. Tivemos uma grande enchente num dos nossos estados. Aqui, o Rio Grande do Sul. Foi preciso fazer o salvamento de 80000 pessoas. Cerca de 2000000 de pessoas foram atingidas com essas chuvas. E nesse momento nós temos uma situação muito grave no Pantanal, que é um bioma é do Brasil, uma das maiores áreas alagadas do mundo, que está sob a ameaça das mudanças climáticas, sua biodiversidade, suas populações originárias. É, temos. Agora, uma escassez hídrica severa nessa área, que é uma área alagada com uma grande quantidade de de de animais. E nesse momento nós temos ali uma situação que chega a ter umidade de 12% AA umidade relativa do ar é com ventos que vão. De 30 a 70 km por hora, com temperaturas altíssimas. E é milhares e milhares e milhares de focos de calor. Só para se ter uma ideia, né? Temos uma quantidade enorme de pessoas fazendo o combate ao fogo e equipamentos, mas isso já é efeito das mudanças climáticas. E isso agravam as situações de vulnerabilidade. A mesma coisa nós estamos enfrentando na Amazônia. Temos uma imensa cerca, que intercala entre um período de chuvas fora de controle e, em seguida, uma estiagem muito grande. Temos um dos estados que está já vivendo essa escassez, com municípios alargados. É, aliás, isolados e uma situação de penúria, pela grande quantidade de mortandade de peixe. A baixa é de. De de de estoque de alimentos. A população da Amazônia, a mal parte da proteína que elas ingerem vem da pesca e a grande mortandade de peixes em função da baixa dos rios. O aumento da temperatura dos rios está levando a uma situação de escassez. Então a questão é. Da da pobreza é um problema agravado pela mudança do clima. Eu citei aqui alguns exemplos. A questão é das é, enfim, da destruição. Nós temos um processo de destruição que faz com que alguns cientistas

digam que isso não é novidade aqui nesse fórum. Nós já estamos com cerca de 30% do planeta no vermelho. No caso da floresta amazônica, por exemplo, aqui no Brasil, os cientistas dizem que se ultrapassarmos a 25% de destruição da floresta, ela entra num processo de savanização hoje. Nós já temos uma perda de cobertura Florestal na Amazônia em torno de 19 a 20% e não pode ultrapassar os 25% para que não entre em ponto de não retorno. Isso é um prejuízo para o equilíbrio do planeta, mas também do nosso país, da nossa região. Só para se ter uma ideia, é Amazônia é responsável por cerca de 75%. Não é do PIB da América do sul. 75% do PIB da América do sul depende das chuvas que são produzidas pela floresta amazônica. Que é algo em torno de 20 bilhões de toneladas de água por dia, que é transformada em vapor e lançada na atmosfera. Uma parte disso vai para os oceanos, que é fundamental. A outra parte cai sobre a própria floresta e se transforma nos rios voadores. A destruição da floresta seria transformar. A maior parte do nosso país, em desertos como o Saara e a ta cama, então vivemos o Turbilhão da destruição. Dos recursos naturais dos serviços ecossistêmicos. De um modo geral, é. E a conclusão que eu chego é que nós estamos gastando tempo e dinheiro naquilo que não é pão, como diz um dos ensinamentos da minha tradição religiosa, com todo o respeito aqui, e agradecendo por essa possibilidade de um diálogo inter-religioso, a gente, a gente possa estabelecer esses pontos. De conectividade entre nós, bem.

Um dos outros turbilhões que nós vivemos é o da visão que dá sustentação ao que levou à crise do planeta, nós. Já temos um ensaio. Acho que o primeiro ensaio sobre mudança do clima foi escrito em 1896, pelo físico e svante arranhões. E lá ele já dizia que nós poderíamos chegar onde chegamos. Mas nós fomos para Rio 92 após o relatório, nosso futuro comum, e ali estabelecemos que precisávamos. Resolveu o problema da desertificação que assola a África e vários países do mundo, inclusive o Brasil. No semiárido brasileiro, é, nós precisávamos em resolver o problema da perda de biodiversidade e precisávamos enfrentar aquilo que leva a mudança do clima. E o que leva a mudança do clima? De desmatamento? É o uso de carvão, é o uso de petróleo, é o uso de gás. É isso que leva a mudança do clima e infelizmente tivemos que ficar durante 31 anos para chegarmos agora nos Emirados Árabes Unidos e ser tomada a decisão de que é preciso fazer. Transição para o fim do uso de combustível fóssil. A humanidade tem um dever de casa a ser feito, e esse dever de casa nos remete para essa ideia, né? De termos é uma visão que não seja linear, não é para uma visão mais cíclica. De de paradigmas e de integração não é das nossas ações. E eu só consigo é imaginar isso, é. Pensando que seria essa mudança mesmo? É divisão, acho que a gente vive. No ideal, o que fomos capturados? Não nós individualmente, que acho que cada um tem um estilo de vida que já é bastante, é integrado. Mas o sistema no qual nós estamos dentro e fazemos parte, queiramos ou não, ele é avassalador. E ele parte de uma visão de uma forma de ser, de estar no mundo que é. É a visão que nos leva para o ideal do TE. Essa visão do ideal do t está fazendo com que a gente destrua as bases naturais da nossa existência.

Estamos destruindo e arriscando não só a nossa vida, mas estamos destruindo. É as condições em que a vida nos foi dada, como eu disse a filósofa Hannah Arendt, então é, e eu só consigo entender que é preciso a gente fazer um deslocamento. Para o ideal do ser. Porque se há limites para ter, não há limites para ser. E talvez seja nesse lugar que a gente consiga uma visão mais holística. Os povos indígenas, as comunidades tradicionais, as as comunidades é tradicionais do mundo inteiro. Em todos os lugares nos ensinam como ter. Uma relação de respeito com a natureza, mesmo quando essa natureza obviamente é transformada para assegurar o nosso sustento. A gente vive numa lógica dos limites extensivos, né? Estamos. Nos espaços extensivos, nós estamos disputando coisas. Estamos disputando minérios, estamos disputando Terra, estamos disputando madeira, estamos disputando petróleo, estamos disputando essas

coisas. Isso são os limites extensivos. E o planeta é limitado, extensivamente falando. Mas talvez a gente tenha que ir para os limites intensivos. Se nos limites extensivos é a gente está disputando coisa nos limites intensivos, nós vamos disputar as nossas habilidades. E obviamente que isso é bem menos ofensivo. Das condições que promovem e sustentam a vida. Porque se há limites para ter, não há limites para ser. Não há limites para fazer a melhor poesia para compor é os melhores, é as melhores canções. Não há limites para. É fazer a melhor jogada de futebol. Não há limites para. Escreveu o melhor livro. Não há limites para ser um bom escritor, um bom poeta. 11, enfim, uma pessoa que se dedica à sua fé. Então isso é uma mudança muito significativa. E.

Se temos mudanças na nossa percepção, isso tem que nos levar para algo que seja, no sentido de transformar aquilo que compreendemos numa prática, numa atitude. Porque é, eu li certa vez um. Um artigo de um escritor é muito famoso da África de que me tocou muito é o meu corpo.

Ele fala que se a gente quer fazer. Qualquer coisa mudar, qualquer coisa, a gente tem que se livrar dos 7 sapatos sujos e um dos sapatos sujos que ele diz que a gente tem que se livrar é o sapato sujo de achar que porque nós estamos dizendo, nós estamos concordando, nós já estamos fazendo. Realidade não muda se a gente está concordando, se a gente está dizendo a realidade muda quando a gente transforma o que a gente disse, o que a gente concorda? Em ação prática, infelizmente, a humanidade encontrou um caminho muitas vezes de não fazer. Concordando, se você quer não fazer, cria um consenso. Todos já estamos de acordo que precisa resolver o problema de combustível fóssil, mas ninguém faz o dever de casa. Então é preciso a gente se livrar desse sapato sujo, como diz o mia Couto. E é pensando essa ideia. Né? A 20 anos atrás, quando fui ministra pela primeira vez, eu disse para minha equipe, nós vamos ter que liderar pelo exemplo. Existem muitas pessoas que, de uma forma muito eloquente e muito necessária, estão é dizendo e formulando Ideas e propostas. Muito relevantes, nosso papel é. Transformar isso em prática. E aí nós começamos. Não é nessa ideia de liderar pelo exemplo. Fizemos um plano de prevenção e controle do desmatamento da Amazônia em 2004. Esse plano foi responsável por evitar lançar na atmosfera 5 bilhões de toneladas de CO2. De 2004 a 2012. E isso foi a maior contribuição já dada por um país individualmente desde o protocolo de kyoto. Reduzimos durante uma década o desmatamento em 83% e criamos 25000000 de hectares de unidades de conservação. Isso equivaleu naquele período a 80% das áreas protegidas que foram criadas no mundo.

Agora nós é depois de um período, não é de mais de 15 anos. Eu retornei com Oo presidente Lula e o plano de combate ao desmatamento havia sido abandonado. O desmatamento estava fora de controle. Pessoas desceu 2 crescendo muito e nós conseguimos já no primeiro ano, em 2023, uma redução do desmatamento. Retomamos o plano, uma redução do desmatamento em 50%, evitando lançar na atmosfera 250000000 de toneladas de CO2. E esse ano? Os primeiros 6 meses já conseguimos uma redução de 45,7%, evitando lançar na atmosfera 180000000 de toneladas de CO2. Eu digo isso para que a gente possa se animar, porque se multa o nosso entendimento, a gente tem que mudar a nossa prática. E o esforço de que possamos liderar pelo exemplo. Mas eu sei que muita gente diz não, tudo bem, a senhora está no governo. Então é possível fazer isso em nós, que não estamos. As pessoas fazem muitas coisas, porque o que os governos fazem nada mais é do que um reflexo de suas sociedades em todos os níveis. E não existe nada grandioso que se faça sozinho para as pessoas. Você faz com as pessoas. Então, um outro exemplo que eu acho que é importante a gente trabalhar, é a gente superar a ideia de que basta no caso da mudança do clima. A gente mitigar e adaptar. É preciso mitigar, reduzir a emissão de CO2 para que isso aconteça? É reduzir emissão. Por uso de combustível fóssil, desmatamento e outras Fontes. Mas é por

fazermos também um esforço muito grande para triplicar energia renovável. Como saiu da cop 28, é. Dobrar não é a energia, eficiência energética e um ponto fazer a transição para o fim do uso de combustível fóssil. Talvez esse tenha sido o maior ganho que já se teve. Nós vamos para a cop 29 no Azerbaijão e ali nós temos que ter os meios de implementação. Porque países? Pobres países em desenvolvimento que emitiram menos e que tem desafios enormes de pobreza. Eles têm que ser ajudados pelos países ricos, que emitiram mais e que têm recursos tecnológicos e recursos financeiros.

É preciso os meios de implementação. A cop 15 estabeleceu que era. Era 100000000. Isso é insuficiente e eu vou dar um dado. Tem um relatório que foi feito, é a pedido do Reino Unido, é pelo indiano das gupta. E ele diz que enquanto a humanidade não consegue os 100000000 para fazer a transição ecológica no planeta, nós continuamos investindo. Sobretudo em combustível fóssil, algo em torno de 4 a 6 trilhões de dólares. É uma luta de dispari, não tem como a gente ganhar nessa forma. Então, nós vamos ter que alocar recursos, seja do poder público, seja da iniciativa privada. Então, fazer essa mudança, duplicar a eficiência energética, triplicar energia renovável e fazer a redução drástica do uso de combustível fóssil aqui no Brasil, o nosso maior ve tor de emissão é desmatamento, 53% das emissões do Brasil. É desmatamento. E o nosso compromisso é de zerar desmatamento até 2030. Para isso, nós fizemos um plano de transformação ecológica, que a base dos investimentos que estamos fazendo para fazer as mudanças nessa direção aqui. Obviamente que isso não é algo fácil. Existem contradições dentro do governo. O sistema é contraditório, mas eu espero, não é, que a pulsão de vida seja mais forte do que a pulsão de morte e a gente possa ter uma mudança, tudo isso, se a gente conseguir. Não é fazer também com que se tenha outros mecanismos na indústria, em milhões, que é um mecanismo para pagamento por serviços ecossistêmicos. Preservação de florestas dos países tropicais. É preciso que a floresta seja remunerada pelos serviços ecossistemas. Que ela presta não no sentido mercadológico, mas para que os povos que a preservaram possam viver com dignidade. E também por último, né? Que a gente possa é trabalhar na direção. E o Brasil está fazendo isso no G20, vamos fazer na cop 30. Da cop 30, o que nós queremos é que se tenha. Ndc esse compromisso, as contribuições que são determinadas de redução de seus 2 por cada país o suficientemente robusta para não permitir que a gente ultrapasse 1.5 de temperatura.

Para isso vamos ter que fazer um esforço. Aonde países ricos lideram essa corrida. Países de renda média alta, como é o caso do Brasil, vem em seguida. E países de renda baixa e países de renda média baixa terão a necessária ajuda para poder fazer a sua transição e que seja uma transição justa. O que seria uma transição justa? É que aqueles que emitiram menos, aqueles que tem mais desafios em termos econômicos e sociais possam receber o devido apoio e até mesmo aquilo que nós chamamos de é reparação por perdas e danos, como saiu da última cop. É aqui nós trabalhamos sempre com a ideia de que é possível ter um modelo sustentável de desenvolvimento, não só do ponto de vista económico, ambiental, mas também social também do ponto de vista político, económico é e também do ponto de vista ético, estético. Porque a gente busca é a prosperidade. Nós transformamos natureza em dinheiro. Chegou a hora de usar esse dinheiro para restaurar e preservar natureza. Por isso que no G20 nós propusemos aqui que seja feita a taxação de pessoas super ricas. Para que tirando 2% dessas fortunas? A gente possa ter algo em torno de 500 bilhões de dólares para investir em combate às desigualdades e fazer a transição climática,

obrigada.

